

Documento do Comité Central do PCP

NO CAMINHO DA DEMOCRACIA E DA PAZ

RUNIDO em sessão plenária no dia 17 de Junho, o Comité Central do Partido Comunista Português examinou atentamente o momento político. Feito um breve balanço das mudanças verificadas na situação política, como resultado do 25 de Abril e de factos ulteriores, o Comité Central debruçou-se sobre os problemas actuais da consolidação das liberdades, da guerra colonial, da situação económica, da situação e lutas dos trabalhadores, dos perigos e das manobras da reacção e da política de unidade e alianças do Partido.

O Comité Central definiu as tarefas políticas essenciais no momento actual, sublinhando a complexidade do processo revolucionário e as reais possibilidades de vencer as dificuldades, de consolidar os êxitos e de prosseguir com sucesso a luta até à vitória final.

1

Mudança radical da situação

AINDA não completados dois meses desde o 25 de Abril, no qual o Movimento das Forças Armadas derrubou o governo fascista, o balanço do que foi realizado em tão curto espaço de tempo é altamente positivo.

A Junta de Salvação Nacional primeiro e o Governo Provisório Civil depois, tomaram uma série de medidas que, respondendo aos mais instantes anseios e objectivos do Povo Português, transformaram radicalmente a situação política.

A ditadura fascista foi liquidada e as suas principais estruturas estatais e políticas desmanteladas. A grande maioria dos agentes da PIDE-DGS e responsáveis dos grupos de terroristas da Legião foram presos. A Assembleia Nacional, a Câmara Corporativa e muitos dos principais organismos corporativos, o partido fascista, as organizações fascistas da juventude e outras foram dissolvidas.

O saneamento, com o afastamento de fascistas de lugares de responsabilidade no aparelho do Estado, das autarquias locais e de empresas de interesse público vai sendo realizado.

Simultaneamente alcançaram-se liberdades essenciais. Os presos políticos foram libertados. A censura foi abolida. Os partidos políticos puderam agir e organizar-se à luz do dia sem qualquer intervenção do Estado. O movimento sindical passou a desenvolver-se livremente. As reuniões, assembleias, comícios e manifestações passaram a realizar-se sem entraves de qualquer ordem. Um Governo Provisório Civil foi formado, com a participação de representantes dos Partidos Comunista, Socialista e Popular Democrático e do Movimento Democrático Unitário.

A luta dos trabalhadores contra a exploração e algumas medidas de carácter económico permitiram o melhoramento da situação de uma parte considerável da população trabalhadora.

No que respeita à guerra colonial, respondendo a uma exigência há muito avançada pelas forças democráticas, abriram-se negociações com os representantes dos movimentos de libertação de Guiné-Bissau e Moçambique, o que representa um importante passo no sentido da solução política do problema.

Na política externa, respondendo também à exigência de largos sectores da opinião, o estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS e outros países socialistas põe fim ao isolamento de Portugal dos países socialistas e abre caminho a relações de amizade e cooperação altamente vantajosas no plano político, económico, científico, técnico e cultural.

Trata-se de uma mudança radical na situação política, de significado histórico para o Povo Português.

O PCP uma vez mais saudá o Movimento das Forças Armadas, que no dia 25 de Abril interveio com decisão para pôr fim ao fascismo, conferir ao Povo Português a liberdade e encaminhar o País para a realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte. Uma vez mais saudá a classe operária, as massas populares, as forças democráticas, pela sua contribuição determinante para a criação das condições que tornaram possível o derrubamento do fascismo e pela sua participação viva e criadora na democratização da vida social e política portuguesa.

2

Tarefas imediatas

ALCANÇADOS estes grandes objectivos políticos, colocam-se no imediato importantes problemas relativos à complexa consolidação do regime

transitório resultante do 25 de Abril e ao prosseguimento da democratização.

Por um lado, problemas de ordem política relativos à institucionalização das liberdades e direitos dos cidadãos, ao funcionamento dos novos órgãos governativos e ao fim da guerra colonial.

Por outro lado, problemas de ordem económica relativos à situação das massas trabalhadoras e das classes médias assim como à estabilidade e desenvolvimento económicos e ao equilíbrio financeiro.

Algumas tarefas fundamentais se colocam no futuro imediato:

- Continuação do saneamento e do desmantelamento de todas as estruturas fascistas (designadamente das autarquias locais e da organização corporativa) e sua substituição por novas estruturas correspondentes ao processo de democratização.
- Institucionalização das liberdades e dos direitos dos cidadãos, com o seu reconhecimento real e a sua regulamentação em termos que vedem a possibilidade de serem arbitrariamente postas em causa as próprias liberdades institucionalizadas.
- Apressamento do processo de negociações, que conduza ao fim da guerra colonial e à solução política do problema, na base do reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e à independência.
- Melhoramento das condições de vida das classes trabalhadoras, particularmente através de uma política social que responda aos problemas mais urgentes.
- Uma política económica e financeira que assegure a estabilidade e regule o desenvolvimento económico e a expansão do mercado interno e externo e condições de vida às pequenas e médias empresas.
- Aproveitamento da abertura diplomática encetada, designadamente com a URSS e outros países socialistas, no sentido do reforço da situação interna e externa, política e económica do País.

O Programa do Movimento das Forças Armadas (hoje também Programa do Governo Provisório) não prevê «grandes reformas de fundo». As medidas a tomar devem porém dar resposta aos problemas imediatos mais importantes e impedir que o processo de democratização possa ser interrompido ou gravemente prejudicado pela intervenção de factores políticos, sociais ou económicos.

3

A consolidação das liberdades

A liquidação da ditadura fascista e a instauração das liberdades de associação, de reunião, de imprensa, de manifestação, de organização sindical,

assim como do direito à greve, representam uma vitória histórica do Povo Português.

Tendo vivido quase meio século privado das mais elementares liberdades, o Povo Português sabe dar o devido valor a essas liberdades.

Esta é a realidade que tem de se opor aos demagogos que, objectivamente ao serviço da contra-revolução, afirmam que as Forças Armadas e o Governo Provisório seguem uma política «fascista» e que em Portugal não há liberdade.

As liberdades têm sido largamente utilizadas para defender os interesses populares, para desvendar os crimes do regime derrubado, para impulsionar o processo de democratização. Entretanto, na euforia da libertação do fascismo, perdeu-se por vezes um pouco a noção da real situação política. Alguns utilizaram as liberdades não contra as forças reacçãoárias, não para ganhar o Povo Português para as tarefas prementes da consolidação dos resultados do 25 de Abril e da democratização, mas para fomentar o descontentamento e para pôr em causa o 25 de Abril, as Forças Armadas, o PCP e outras forças democráticas.

Apontando a responsabilidade daqueles que, numa fácil avaliação da situação, deram pretexto a tais medidas, o PCP manifesta a sua inquietação ante várias medidas e tendências para a limitação das liberdades, que nada têm a ver com as necessidades da sua regulamentação com o objectivo de assegurar o seu exercício.

A batalha pela consolidação das liberdades exige firmeza na defesa das posições essenciais e elevada consciência política e cívica no uso da liberdade.

4

A questão colonial

A guerra colonial continua a ser um problema central exigindo urgente solução.

Além do que representa, no plano político e moral, para o Povo Português e para os povos da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola, a guerra tem profundas, negativas e cada vez mais perigosas consequências em todos os aspectos da vida económica, social e política de Portugal.

Num momento em que, como produto da herança do fascismo e da resistência de certos grupos financeiros ao novo curso político, se regista uma certa recessão e reais dificuldades económicas, as enormes despesas militares afectam gravemente as possibilidades de intervenção económica do Estado, os investimentos produtivos, o desenvolvimento e a própria estabilidade económica e financeira. Nos planos social, político e diplomático, a guerra agrava dia a dia os problemas em que se debate a sociedade portuguesa.

É geral a compreensão desta situação. Todos os sectores responsáveis na democratização da vida portuguesa, assim como as mais amplas massas populares, pronunciam-se e manifestam-se pelo fim da guerra e por uma solução política do problema.

Negociações com os legítimos representantes dos

povos submetidos ao colonialismo português constituem caminho válido para pôr fim à guerra, há muito reclamado pelo PCP e por outras forças democráticas. Seria entretanto ilusório pensar que é possível pôr fim à guerra e encontrar uma solução política do problema colonial sem o reconhecimento efectivo do direito dos povos à autodeterminação e à independência.

É sabido que, na larga coligação de forças sociais e políticas que participam activamente na democratização da vida portuguesa, há opiniões diferentes sobre esta magna questão. O agravamento da situação torna cada vez mais necessário o «debate franco e aberto, a nível nacional» previsto no Programa do Movimento das Forças Armadas, hoje também Programa do Governo Provisório civil. Aspectos militares significam, é certo, certas limitações. Mas, exigindo-se sentido das responsabilidades, um tal debate é possível, necessário e urgente.

O caminho da democratização está ligado ao caminho da paz. A instauração de um regime democrático estável em Portugal é indissociável do fim da guerra e da solução do problema colonial, na base do reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e à independência.

5

Situação económica

A situação económica apresenta aspectos que causam legítimas apreensões. As responsabilidades fundamentais cabem ao grande capital, que, habituado à protecção escandalosa no tempo do fascismo, procura agora, na esperança de um regresso ao passado, boicotar, através de instrumentos económicos, o processo de democratização iniciado pelo 25 de Abril.

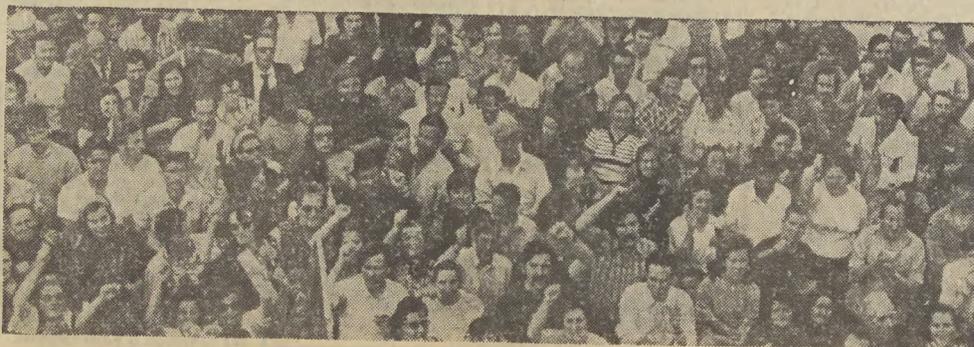
As tentativas de fugas de capitais, a imobilização de vultuosíssimos depósitos, a extrema selectividade, a recusa e os cortes de créditos a pequenas e médias empresas, as dificuldades levantadas por bancos e grandes companhias ao desconto de letras e à cobrança de facturas, a retenção ou anulação de encomendas, o corte de abastecimentos, a suspensão ou cessação da laboração, os despedimentos sem justa causa, contam-se entre as armas utilizadas pelo grande capital para tentar criar grandes dificuldades e, se possível, estrangular economicamente o regime democrático transitório.

O Programa do Movimento das Forças Armadas não prevê a realização de profundas reformas sociais. Não prevê a nacionalização da banca nem das grandes empresas monopolistas. Mas, se o grande capital intervém com armas económicas para impedir a democratização da vida política, e sufocar o novo regime, este só tem uma alternativa: ou capitula, ou terá de tomar as medidas adequadas para vencer tal resistência.

A situação é particularmente grave para as pequenas empresas e muitas médias empresas, cuja ruína e expropriação só pode interessar os grupos monopolistas. A defesa dos interesses das pequenas e médias empresas é parte essencial da defesa da estabilidade económica e social. Medidas de emergência do Governo contribuem para resolver algumas dificuldades, mas a amplitude do problema exige medidas de maior profundidade.

É indispensável a rápida reorganização e reconversão de ramos industriais e o alargamento do mercado para os seus produtos, tendo em conta a difícil continuidade de laboração de sectores que se baseavam na exploração de mão-de-obra a baixíssimo preço.

Uma política de comércio externo orientado pela defesa dos interesses nacionais e o aproveitamento para esse efeito das novas possibilidades abertas pelas relações com os países socialistas podem, se conveniente-



O PCP ALERTA OS TRABALHADORES DOS C.T.T.

A Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP divulgou o seguinte comunicado:

Acontecimentos que se estão a verificar no domínio da luta reivindicativa dos trabalhadores e de modo muito especial a greve dos C.T.T. desencadeada na madrugada de segunda-feira por decisão da Comissão Pró-Sindicato, levam a DORL do PCP a definir a sua posição em face dos mesmos.

A luta reivindicativa dos trabalhadores é indispensável para que estes melhorem as suas condições de vida.

Os trabalhadores portugueses continuam a ser dos mais mal pagos da Europa.

Os salários, outras remunerações mais baixas, podem e devem ser elevados. Há atrasos na revisão de situações que se aproximam de miséria. Hoje como ontem, dentro e fora do Governo Provisório, o PCP estará firmemente com a classe operária e os trabalhadores na luta pela melhoria das suas condições de vida.

Mas há limites impostos pelo próprio atraso da economia, fruto de 48 anos de fascismo, que não podem ser ignorados. O domínio dos grandes grupos monopolistas sobre a economia nacional, que ainda se mantém, mais de 13 anos de guerra colonial, constituem sérios limites à satisfação de muitas das justas reivindicações dos trabalhadores.

Face à greve dos C.T.T., o Partido Comunista Português tem o dever de alertar os trabalhadores e o povo português para as implicações políticas e sociais dela decorrentes, no contexto da complexa situação que o nosso País atravessa.

O PCP sente igualmente ser seu dever alertar os

trabalhadores dos C.T.T. para as manobras daqueles que, explorando com as justas aspirações dos trabalhadores, avançam reivindicações demagógicas e irrealistas (como a das 35 horas semanais), porque incompatíveis com as condições actuais da economia nacional.

O seu objectivo está a vista: lançar os trabalhadores contra o Governo Provisório e fomentar um clima de descontentamento e de revolta que só a reacção e ao fascismo aproveitam.

Significativo é o facto de a greve ter sido decretada por uma Comissão Pró-Sindicato, de que à data alguns elementos eleitos dela se tinham já afastado.

Significativo é igualmente o facto de a greve ter sido decidida, quando as negociações com o Governo Provisório podiam conduzir ainda a uma solução do problema.

As costas dos trabalhadores, sem haver uma ampla consulta à classe sobre tão grave decisão, mas apenas na base de opinião dos delegados, a Comissão Pró-Sindicato não hesitou em atirar com 35000 trabalhadores para a greve.

E numa clara demonstração do seu medo de qualquer esclarecimento junto dos trabalhadores, não só não chamou qualquer representante da Intersindical como proibiu todo e qualquer contacto dos trabalhadores com o público. Isto para vir depois acucar de fascistas os elementos da Intersindical e acusar de dividirem os trabalhadores todos os que tentaram esclarecer estes sobre as consequências desta greve.

A DORL do PCP alerta os trabalhadores contra aqueles que, a pretexto de reivindicações económicas, visam objectivos políticos

de trabalho. E tendo tudo isto em conta que a DORL do PCP apela para os trabalhadores dos C.T.T. no sentido de retomarem as negociações, de se reunirem em amplas assembleias, para nelas decidirem do termo da greve.

Lisboa, 19 de Junho de 1974.

A DORL do PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

As tarefas não foram fáceis de realizar. Mas as populações locais comprederam-nas e apoiaram-nas, pois estavam em condições de medir os malefícios provocados pela actividade dos dirigentes fascistas, que se tinham ilicitamente apoderado da máquina administrativa e a tinham posto ao serviço dos monopólios dos grandes agrários e de interesses pessoais escandalosos.

O preço para a concretização destes objectivos tomou a forma de uma consulta popular o mais ampla e democrática possível. A realização de numerosas assembleias não foi feita às escondidas, mas em termos tais que admitia e requeria a apresentação de outros nomes e de outras listas e, inclusive, a elaboração de listas conjuntas para a sua aprovação pelas assembleias populares.

Neste domínio manifestaram-se incompreensões. Houve tentativas e mesmo métodos antidemocráticos de monopólio político.

Em alguns casos pretendeu-se ignorar resoluções de grandes assembleias abertas ao debate público e ao confronto de ideias e tentou-se impor soluções, que não quadram aos objectivos unitários do momento presente.

E não fazemos já menção pormenorizada de inexplícitos aditamentos para a concretização do processo de saneamento das autarquias locais, por parte de autoridades mais responsáveis.

Tomaram-se, entretanto, as primeiras medidas para que se não tolhesse a marcha deste processo democrático de ampla participação popular. O reconhecimento oficial de várias listas aprovadas em grandes assembleias, muitas delas por aclamação, permitiu já resolver alguns casos gritantes de anormalidade, relacionados com a eleição de várias comissões para a gerência das autarquias locais.

Essas medidas estão de acordo com o programa do Governo Provisório que reconhece a necessidade da criação de um aparelho administrativo ligado às realidades políticas, em substituição do velho aparelho administrativo fascista.

As forças antifascistas iniciaram a prática destes objectivos e desenvolveram já uma notável acção e de modo particular o Movimento Democrático Português.

E do conhecimento público que continuam por resolver muitos casos escandalosos de autarquia locais que se encontram ainda nas mãos de reconhecidos serventários do antigo regime. A herança da ditadura mantém-se com todos os seus inconvenientes, incluindo o da afronta aos interesses das populações e aos seus com-

É PRECISO CONTINUAR O PROCESSO DE SANEAMENTO DAS AUTARQUIAS LOCAIS

provados desejos de saneamento, publicamente demonstrados em assembleias de ampla participação popular. Porque permanecem anichados nos organismos administrativos esses inimigos declarados do regime instaurado pelo Movimento das Forças Armadas?

Alguns deles afivelam a máscara de democratas, pensando que a memória do povo não registou factos comprovativos da sua hostilidade declarada aos interesses das populações e aos ideais da Democracia.

As forças reacçãoárias continuam a contar com sólidas posições e manobram para entrar no processo em curso, como inúmeros factos o evidenciam. Nem sempre essas manobras se apresentam de forma clara. Algumas vezes elas encontram os seus instrumentos de acção em elementos que falam uma linguagem aparentemente revolucionária. Noutros casos a sua oposição toma a forma de ameaças, de actos de intimidação e de agressão, consoante conta com a força necessária ou com a debilidade do próprio Movimento Democrático e de outras forças antifascistas.

No Nordeste Transmontano, por exemplo, as forças reacçãoárias e fascistas senem-se ainda em segurança para agirem de maneira violenta contra as determinações populares e a actividade das organizações democráticas que empenderam o processo de saneamento da administração fascista.

Continuam ainda por resolver vários casos de comissões administrativas democráticas

mente eleitas, em amplas assembleias, quer no nordeste transmontano quer em outras regiões do país.

Isto quer dizer que o processo de saneamento do aparelho administrativo e contra obstáculos sérios da parte das forças reacçãoárias e fascistas.

Como devemos vencer uma tal situação?

Continuando o processo de democratização, escorçoando as autarquias locais os agentes do fascismo. Este processo de democratização corresponde aos interesses das amplas massas populares. Por isso ele se deve apoiar cada vez mais na ampla participação popular através de assembleias onde se discutam as questões de maior interesse ligadas à administração local e à sua orientação democrática, tendo em conta a unidade das forças antifascistas, que possam ser interessadas nesse processo de saneamento e na responsabilidade da nova gerência das autarquias locais.

O esforço já realizado é de notável importância. Mas ele revela igualmente a necessidade de conduzir uma luta consequente contra as manobras, os actos divisionistas, das forças reacçãoárias que não renunciam aos seus objectivos desagregadores.

Essas forças procuram liquidar o processo democrático em curso e restaurar uma sangrenta ordem fascista. As forças antifascistas consequentes trabalham para alargar e consolidar as conquistas democráticas. Cada passo andado neste domínio é uma válida contribuição que ajudará a instaurar a democracia em Portugal.

Os viticultores do Oeste expõem os seus problemas

Os viticultores do Oeste expõem os seus problemas

Carca de duas centenas de viticultores dos concelhos de Lourinhã, Torres Vedras, Cadaval e Bomborral, reunidos no povoação de Santa Cruz (Oeste), deliberaram, após a análise de importantes problemas que os preocupam, saudar a Junta de Salvação Nacional pela libertação do País, para a restauração de um autêntico regime democrático, e expor ao Governo Provisório as suas legítimas pretensões de saneamento do meio e da política vinícola, entre as quais se salientam as seguintes:

1. — A extinção da Junta Nacional do Vinho, sem prejuízo da efectivação de uma sindicância tendente ao apuramento de irregularidades cometidas e dos excessos de fiscalização atentatórios da dignidade e dos direitos dos viticultores;

2. — O arquivamento de todos os processos de atuação em curso, fruto daquela condenável fiscalização, há muito tida por arbitrária e sumamente injusta para os viticultores;

3. — Amnistia dos processos judiciais pendentes de julgamento no Tribunal Especial dos Gêneros Alimentícios e a suspensão daqueles que se encontrem na fase executiva;

4. — O saneamento do circuito comercial e a revisão dos processos de orientação e comercialização adoptados pelas Adegas Cooperativas, por forma a perderem estas as suas características especulativas e manterem-se, antes, funcionalmente abertas à satisfação do comércio vinícola durante todo o ano em regime de livre e lícita concorrência, isto sem prejuízo da valorização das Adegas Cooperativas, mas norteadas por seus princípios cooperativos e pelos legítimos interesses dos seus sócios;

5. — A concessão imediata de razoável crédito ao comércio vinícola, tendente a evitar-se o lançamento dos produtos no mercado a preços ruinosos e com evidente prejuízo tanto para a estabilidade dos viticultores e comerciantes como para a economia nacional;

6. — Um minucioso inquérito ao condicionamento de detecção das infrações e aos processos utilizados por autoridades, fiscais e laborató-

rios no respeitante aos métodos de análises utilizados, garantindo-se ao pretendo infractor a possibilidade de requerer nova análise com base em amostra selada deixada em seu poder aquando do levantamento do auto;

7. — A revisão de toda a legislação respeitante ao comércio vinícola com a determinação da margem legítima de lucro tanto para o viticultor como para a Adega Cooperativa, o armazenista e o retalhista, punindo-se severamente toda a actuação especulativa que contrarie os preços superiormente fixados.

Correspondentes para o «Avante!»

Para poder reflectir e abordar nas suas colunas, com verdade e acerto político, os problemas nacionais, o «Avante!» precisa de estar informado do que se passa no País.

Em suma, precisa de CORRESPONDENTES.

Mas o que é um correspondente do «Avante!»? — Tem de ser um homem ligado às massas, aos trabalhadores, ao seu povo.

— Tem de saber auscultar o sentir das massas e viver os seus problemas;

— Tem, depois, que transmitir ao «Avante!», com todo o rigor e verdade, o que se passa, quais os problemas mais vivos e sentidos, como se luta e vive nas zonas industriais e rurais, na sua cidade, vila ou aldeia, nas empresas e herdades, enfim, onde se trabalha e vive.

Quer dizer, o correspondente do «Avante!», no seu trabalho informativo para a redacção do seu jornal, tem de ser um trabalhador de grande probidade, espírito responsável e um grande respeito pela verdade do que informa.

Camará: mete ombros a esta tarefa, escreve para a redacção do «Avante!». Lembra-te que a tua contribuição pode ser muito útil para nos ajudares a vencer rapidamente as graves lacunas e deficiências que ainda se verificam no nosso, no teu jornal.

MANIFESTO DOS JORNALISTAS COMUNISTAS DE LISBOA

Reunidos em assembleia, a fim de analisar a situação actual no País, assim como o novo desenvolvimento da sua actividade, os jornalistas de Lisboa do Partido Comunista Português aprovaram o seguinte documento:

Depois de 25 de Abril, com a vitória sobre o fascismo e a conquista das liberdades fundamentais, abriu-se um vasto campo de acção às forças democráticas em Portugal.

Os trabalhadores, unidos às outras forças antifascistas na aliança com o Movimento das Forças Armadas, enfrentam, agora, a imprescindível tarefa de defender, consolidar e alargar as conquistas já alcançadas nesta etapa da democratização do País.

Já se deram passos importantes neste sentido, sobretudo no âmbito do saneamento das instituições e da destruição dos órgãos que de mais perto oprimiam o povo português. Contudo, muito falta ainda percorrer, na vigilância mais estrita e permanente, para combater as manobras da reacção e a actividade divisionista do radicalismo pequeno-burguês que, com a máscara do revolucionarismo verbalista, actua como aliado objectivo das forças contra-revolucionárias mais activas e perigosas.

Contra os golpes que essas forças reacçãoárias poderão vir a desferir nunca será demasiada a vigilância revolucionária. E, ao invocá-la, pensamos, sobretudo, na necessidade absoluta de organizar e organizar sempre, mobilizando as massas populares, solidificando a sua unidade com as camadas mais conscientes das classes trabalhadoras e reforçando a aliança indispensável de todas as forças democráticas com o Movimento das Forças Armadas.

Os jornalistas dos vários sectores da Informação, a quem o fascismo impediu de transmitir e defender as verdadeiras aspirações do povo português, de desmascarar a estrutura, a actuação e os métodos de um regime que vivia da opressão, eram diariamente violentados na sua

dignidade de profissionais e de cidadãos.

Mas embora libertos da Censura oficial, aqueles jornalistas, firmemente conscientes das suas tarefas no momento político actual, não estão ainda livres de pressões abusivas no seu trabalho.

Os donos dos grandes monopólios do capital bancário aliado ao capital industrial continuam a dominar a quase totalidade dos jornais da grande expansão herdada do fascismo. Os grandes grupos financeiros perderam uma aliada — Censura oficial — mas o poder dentro das empresas, que controlam os órgãos da Informação, está nas mãos das mesmas pessoas e, em alguns casos, os responsáveis directos pela Informação são os mesmos também.

Esta situação envolve graves riscos e os jornalistas não os ignoram. Provam-no as iniciativas que empreenderam e as lutas que travaram pela dignificação imediata da sua profissão.

Perante a determinação dos defensores de um jornalismo verdadeiramente demo-

crático, os representantes dos monopólios recuaram, sanearam-se várias administrações e direcções de órgãos de Informação, deram-se passos fundamentais para garantir a independência das redacções e o apoio ao movimento popular antifascista.

Urge agora defender, alargar e consolidar, com o apoio das massas populares, as posições conquistadas, na base de uma ampla unidade de todos os profissionais democratas e antifascistas.

Urge combater todas as manobras divisionistas, desencadeadas pelo capital monopolista e pela irresponsabilidade e aventureirismo dos radicais pequeno-burgueses, que pretendem confundir a opinião pública, provocar a ruptura entre o Movimento das Forças Armadas e as massas trabalhadoras, fazendo recuar o empenhamento popular na etapa de democratização em curso.

Os jornalistas comunistas da Organização de Lisboa dos Jornalistas do PCP, apontam essas tarefas como primordiais, na fase actual da luta por uma imprensa verdadeiramente livre e democrática no nosso país.

A ORGANIZAÇÃO DE LISBOA DOS JORNALISTAS DO PCP

RELAÇÕES COM OS PAÍSES SOCIALISTAS

Encontra-se há dias entre nós missões comerciais da União Soviética e da República Democrática Alemã

A missão soviética é representada por Evguéni Pitrovanov, primeiro-vice-presidente da Câmara de

Comércio e Indústria da União Soviética. A missão da RDA é representada por Dolling, presidente da Câmara de Comércio Externo daquele país.

Este acontecimento, que se segue ao recente estabelecimento de relações diplomáticas entre o nosso país e a União Soviética, é, sem dúvida, um novo e positivo passo no caminho do desenvolvimento das relações de Portugal com os países socialistas, aspiração profunda e reiteradas vezes expressa pelos trabalhadores e pelo povo português.

A visita destas duas missões é o início de relações comerciais a nível responsável e vem, depois do estabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética, abrir novos horizontes à solução de alguns dos graves problemas que afectam o nosso país.

Destas relações, que certamente irão ampliar-se a outros países socialistas, advirão vantagens importantes para o nosso povo, quer no plano comercial, com a abertura de novos mercados aos produtos portugueses, quer na ajuda técnica, científica, cultural e política essencial para um rápido desenvolvimento do nosso país.

«Avante!» não pode deixar de saudar com alegria este novo acontecimento, exprimindo votos para que outros mais se lhe sigam, conduzindo a amplas relações de paz e amizade com todos os povos do mundo.

RECORDEMOS OS COMBATENTES CAÍDOS NA LUTA

JUNHO fica assinalado como um dos meses mais sangrentos na história dos 48 anos de repressão fascista.

JUNHO traz-nos nos seus dias testemunhos de resistentes caídos na luta pela libertação do povo português.

Junho, o mês mais trabalhoso das ceifas, o mês das grandes lutas dos assalariados rurais por melhores jornadas, por horários mais curtos, é também o mês de luto dos trabalhadores ceifados pela repressão.

Em alguns casos foi às mãos assassinas da PIDE que perderam a vida alguns dos melhores filhos do povo; noutros foi obra de homens que não souberam manter limpa a farda que usavam.

O Partido Comunista não meto todos os homens fardados das forças repressivas no mesmo saco. Sempre manifestamos laços com inúmeros amigos integrados nessas forças, conhecemos de longa data as simpatias pela causa democrática e antifascistas de muitos elementos da GNR e da PSP, com um deles, o soldado da GNR, José Alves, contraímos mesmo uma enorme dívida de gratidão.

Não os misturamos, portanto, nos actos criminosos de um ou outro fascista que nas fileiras da sua corporação enodou a sua farda e agiu como inimigo do povo.

Neste Junho de 1974, o primeiro de um povo empenhado na construção da democracia, recordemos alguns dos combatentes caídos na luta.

— ALFREDO LIMA, assalariado rural de Alparca, morto pelo guarda da GNR Armando Sousa, a 4 de Junho de 1950.

— GERMANO VIDIGAL, presidente do Sindicato da Construção Civil de Montemor-o-Novo, assassinado pela PIDE a 9 de Junho de 1945.

— JOSÉ ADELINO DOS SANTOS, operário agrícola de Montemor-o-Novo, morto a tiro pela GNR a 23 de Junho de 1958.

Estes e outros arduos militantes da resistência antifascista personificam bem a luta constante de todo o povo contra a exploração e a tirania, pela vitória da democracia e da liberdade.

Delegação de partidos antifascistas italianos de visita ao nosso País

A solidariedade internacional acompanhou sempre as forças democráticas populares na sua luta constante contra a opressão fascista. Esta solidariedade enraiza-se na própria natureza internacionalista da luta popular e de

recebemos vários exemplos durante os 48 anos de fascismo.

Expressão nova dessa solidariedade é a visita de uma delegação dos partidos democráticos italianos.

Esta delegação, que chegará ao Aeroporto da Portela no próximo domingo, pelas 18 horas, é composta por Francesco Albertini, vice-presidente do Senado, do Partido Socialista Italiano; Achilli, deputado do Partido Socialista Italiano; Arrigo Boldrini, vice-presidente da Câmara de Deputados, do Partido Comunista Italiano; Andrea Gaggero, do Partido Comunista Italiano, secretário do Comité de Solidariedade a Portugal; Gilberto Bonalumi, presidente da União Internacional da Juventude Democrática; Cristá; Carlo Fracanzani e Giovanni Fontana, da Democracia Cristá; Francesco Compagna, do Partido Republicano; Egídio Ariosto, presidente do Grupo dos Senadores do Partido Social-Democrata Italiano; um representante das três centrais sindicais; Rosati, vice-presidente da Associação dos Trabalhadores Italianos.

Os representantes das diferentes correntes democráticas italianas avistar-se-ão com representantes dos partidos e movimentos que constituem a actual coligação governamental.

Continuam a realizar-se por todo o País numerosos comícios promovidos pelo Partido Comunista. Para os próximos dias estão previstos os seguintes:

No dia 22, sábado — Em Setúbal, às 21 e 30, na Moita, às 19 e, na Azambuja, às 21. No mesmo dia, em Grândola, às 17 horas, é inaugurada a sede do Partido, seguindo-se um comício.

Ainda no dia 22 realiza-se no Porto, no Pavilhão dos Desportos, um grande comício, a que estará presente o camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do PCP.

No dia 23, domingo — No Zambujal, às 18 horas, e em Alcântara, às 21 e 30.

No dia 24 — Em Sacavém, às 19 horas.

DISTRIBUIÇÃO DO «AVANTE!» À ATENÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES LOCAIS DO PCP

Solicita-se a todas as organizações do PCP que comuniquem regularmente ao «Avante!» — Serviço de Distribuição, até cada terça-feira, as quantidades de jornais que pretendem receber nessa semana.

«Avante!» — Rua António Serpa, 26, 3.º, dt.º. — Telefone 76 64 45 — Lisboa - 1.

Rádio Portugal Livre

A voz que o fascismo nunca pôde calar

Todos os dias, em três períodos de emissão:

Das 8 às 9 — em 19, 20, 21, 25 metros

Das 19 às 21 — em 19 e 26 metros

Das 0.20 às 0.50 — em 25, 26, 32 e 36 metros

Das 0.50 à 1.20 — em 26 metros

Período de emissão complementar, aos domingos:

Das 13 às 13.30 — em 19, 20, 25 e 26 metros

ENCONTRO DE EX-PRESOS POLÍTICOS COM OS PESCADORES E A POPULAÇÃO DE PENICHE

«ALI, DA PARTE DE DENTRO DAQUELAS MURALHAS QUE VÓS TÃO BEM CONHECEIS, NÓS SENTIMOS MUITAS VEZES A QUENTE SOLIDARIEDADE DO POVO DE PENICHE» — esta evocação emocionante feita por António Dias Lourenço, membro do CC do PCP e director interino do «Avante!», que passou mais de 16 anos na prisão, no discurso que pronunciou perante os pescadores de Peniche, que constituíam a maioria das 2 mil pessoas que no passado dia 15 acorreram ao comício convocado pelo PCP naquela vila onde tão heróicas páginas foram escritas pela resistência antifascista.

Emocionante encontro de pescadores e a população de Peniche. Assim podemos, de facto, denominar este comício que contou igualmente com a presença de Francisco Miguel Duarte, membro da CC do PCP (mais de 21 anos de prisão) e de Maria da Conceição Matos Abrantes, destacada militante comunista, ambos conhecendo por experiência própria os requintes da crueldade dos tortionários fascistas, ambos conhecendo por experiência própria o verdadeiro valor da solidariedade popular.

A política actual do PCP, os problemas candentes da situação política nacional e o esclarecimento dos complexos problemas do processo de democratização que está em curso no nosso país estiveram, é certo, no centro das intervenções dos nossos camaradas. Mas, este comício, realizado ali em Peniche, ali onde sofreram directamente na carne todo o peso da feroz repressão fascista e souberam lutar com tanto heroísmo, tenacidade e combatividade tantos filhos do Povo Português, proporcionou também momentos de completa identificação e comunhão dos lutadores comunistas com o povo.

«Camaradas, eu fugi daqui em 1954. Vim do segredo a nado. Há uma dívida de gratidão que tenho a pagar ao povo de Peniche. O meu camarada Francisco Miguel já aludiu a um aspecto importante: foi quando da fuga dos camaradas Alvaro Cufhal, Joaquim Gomes, Guilherme de Carvalho, Pedro Soares, Carlos Costa, Jaime Serra, Rogério de Carvalho, José Carlos e dele próprio — Francisco Miguel. Os penichenses que assistiram à fuga souberam calar-se e assim eludiram essa evasão» — disse António Dias Lourenço.

«Quando fugi em 1954, e agora já o posso dizer, fui salvo por 8 pescadores de Peniche que politicamente nada sabiam mas que tinham um sentimento antifascista. Se não fosse a sua ajuda preciosa eu teria novamente caído nas mãos do inimigo. Foram 8 pescadores, ainda hoje não sei quem são, não sei se já morreram, se estão vivos. Isto, foi há 20 anos... Se estão vivos, aqui deixo o meu agradecimento por tudo o que fizeram para me arrancar das prisões fascistas.»

«Tenho 59 anos e sendo Peniche a terra onde vivi mais tempo é a que menos conheço! Camaradas, o que vos vou dizer parece que não, mas tem grande importância: ali, da parte de dentro daquelas muralhas, que vós tão bem conheceis, nós sentimos muitas vezes a quente solidariedade do povo de Peniche. Quantas vezes os prisioneiros políticos comunistas que estiveram nessa fortaleza sentiram que não estavam sós! Sentiram que vós estáveis irmanados com eles! Sentiram em momentos muito agudos da vida prisional, como foi preciosa essa solidariedade,

sempre pronta a ajudar os prisioneiros encarcerados na fortaleza.»

As palavras de António Dias Lourenço, tal como já havia acontecido anteriormente com as que pronunciara Francisco Miguel e viria também a dar-se com as de Maria da Conceição Matos, que lançou um veemente apelo às mulheres de Peniche para que se organizassem, caíram fundo no coração dos pescadores de Peniche e foram sublinhadas com calorosos e entusiásticos aplausos. Entusiástico, aliás, foi o ambiente em que decorreu, do princípio ao fim, este comício organizado pelo PCP. Um dos seus pontos altos foi a entrega, por António Dias Lourenço, e em nome dos ex-presos de Peniche do Movimento Unitário Prisional, da biblioteca prisional à Casa dos Pescadores, que, como se sabe, tem neste momento à sua frente uma Comissão Administrativa democraticamente eleita pelos pescadores. O presidente da Comissão Administrativa, que agradeceu a oferta, dizendo que ela ficava em boas mãos, sublinhou a sua importância como útil meio de cultura entre os pescadores.

Outros comícios do PCP

Além do comício de Peniche, a que acima referimos, realizaram-se igualmente comícios do Partido Comunista Português em Faro, em Samora Correia (Ribatejo) e em Lisboa, no Bairro de Benfica.

Milhares de pessoas encheram, no passado dia 13, o ringue do Clube de Futebol Benfica onde se realizou o comício do PCP. Falaram aos habitantes do popular bairro de Benfica, Maria Alda Nogueira, membro do CC do PCP; Francisco José Gomes Valadares; Domingos Lopes, representante da UEC; Avelino Mateus, representante do Movimento da Juventude Trabalhadora; Albano Freire Nunes; Joaquim da Palma Candeira e Carlos Joaquim Cabral de Matos.

Na sua intervenção; Maria Alda Nogueira, que fez uma caracterização do actual momento político, rebateu duas calúnias lançadas contra o PCP.

«Quanto aos que, caluniosamente, afirmam que o PCP é contra a greve, há que deixar uma vez mais bem claro que, ontem como hoje, o PCP não só não é contra a greve como considerou e considera a greve arma fundamental de luta do proletariado. O que o PCP condena é a greve pela greve. A greve não deve ser usada como arma primeira de luta e precipitadamente. Ela é um direito tão importante dos trabalhadores que não pode e nem deve ser usado e manejado ao acaso.»

«Quanto à outra acusação não menos caluniosa — a de que o PCP tem uma política fora do Governo e outra dentro do Governo — disse M. A. Nogueira —, há que deixar bem claro que o PCP não tem duas políticas, mas sim uma

UEC; José Lopes, da CC do Movimento da Juventude Trabalhadora e o democrata capitão Varela, da Comissão Concelhia do MDP de Monchique.

Presentes, também, representantes de vários sectores profissionais, nomeadamente da classe corticeira, dos empregados de escritório, dos bancários, dos serralheiros, dos ferroviários, do Sindicato da Construção Civil, dos profissionais de Seguros, dos pescadores e trabalhadores rurais e ainda uma delegação da Comissão Distrital do MDP do Distrito de Faro.

Abriu a sessão António de Pina Cabral que explicou ser por vontade do povo de Samora Correia que o PCP vinha ali prestar esclarecimentos sobre o seu programa de acção política. Em palavras entusiásticas prestou homenagem à acção do PC durante os 48 anos de fascismo. António Abalada, que falou em seguida, focou vários problemas das regiões agrárias do nosso país em que os trabalhadores são explorados pelos grandes latifundiários e advertiu os trabalhadores do perigo das greves indiscriminadas. Francisco Lancinha apelou para a união dos trabalhadores da região em Sindicatos virados para a defesa das suas justas reivindicações e falou da necessidade imediata da substituição das direcções das Casas do Povo, Juntas de Freguesia, regedorias, etc, por democratas que deem garantia de seriedade de gestão das autarquias. Diogo Velez, membro do PCP, encarcerado nas prisões fascistas até ao 25 de Abril, explicou a assistência à acção do Partido durante os 48 anos de fascismo, a luta que sempre travaram os militantes do partido que tornaram possível ao Movimento das Forças Armadas a gloriosa jornada do 25 de Abril. Falaram ainda: Francisca Velez, que apelou à participação das mulheres de Samora Correia na consolidação da liberdade; Joaquim Ramos, estudante de Direito que se referiu às guerras coloniais; Ildia Ramos, que tratou dos direitos da mulher trabalhadora; Zulmira Romão, trabalhadora de Samora Correia que apelou à unidade do povo, e o jovem operário metalúrgico Lindolfo Sopa, encorajado pelo comício Diogo Velez que apelou para a inscrição dos trabalhadores no PCP e leu uma moção de congratulação pelo estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a URSS.

Três mil pessoas, enchendo completamente a Esplanada S. Luís-Parque, participaram no passado dia 15, no primeiro comício realizado pelo PCP em Faro e convocado pelas Comissões Concelhias de Faro e Olhão do PCP. A mesa da presidência foi constituída pelos camaradas Carlos Brito, do CC do Partido; Margarida Tengarrinha, da DOR; Helena Medina, da DOR; Alentejo e Algarve; Artur Matias, da Comissão Concelhia de Faro do PCP; Carmelita Reis, da Comissão Concelhia de Olhão do PCP; João Cabrita Baptista, da Comissão Concelhia de Faro do PCP; Zita Seabra, da CC da

UEC; José Lopes, da CC do Movimento da Juventude Trabalhadora e o democrata capitão Varela, da Comissão Concelhia do MDP de Monchique.

Presentes, também, representantes de vários sectores profissionais, nomeadamente da classe corticeira, dos empregados de escritório, dos bancários, dos serralheiros, dos ferroviários, do Sindicato da Construção Civil, dos profissionais de Seguros, dos pescadores e trabalhadores rurais e ainda uma delegação da Comissão Distrital do MDP do Distrito de Faro.

Abriu a sessão António de Pina Cabral que explicou ser por vontade do povo de Samora Correia que o PCP vinha ali prestar esclarecimentos sobre o seu programa de acção política. Em palavras entusiásticas prestou homenagem à acção do PC durante os 48 anos de fascismo. António Abalada, que falou em seguida, focou vários problemas das regiões agrárias do nosso país em que os trabalhadores são explorados pelos grandes latifundiários e advertiu os trabalhadores do perigo das greves indiscriminadas. Francisco Lancinha apelou para a união dos trabalhadores da região em Sindicatos virados para a defesa das suas justas reivindicações e falou da necessidade imediata da substituição das direcções das Casas do Povo, Juntas de Freguesia, regedorias, etc, por democratas que deem garantia de seriedade de gestão das autarquias. Diogo Velez, membro do PCP, encarcerado nas prisões fascistas até ao 25 de Abril, explicou a assistência à acção do Partido durante os 48 anos de fascismo, a luta que sempre travaram os militantes do partido que tornaram possível ao Movimento das Forças Armadas a gloriosa jornada do 25 de Abril. Falaram ainda: Francisca Velez, que apelou à participação das mulheres de Samora Correia na consolidação da liberdade; Joaquim Ramos, estudante de Direito que se referiu às guerras coloniais; Ildia Ramos, que tratou dos direitos da mulher trabalhadora; Zulmira Romão, trabalhadora de Samora Correia que apelou à unidade do povo, e o jovem operário metalúrgico Lindolfo Sopa, encorajado pelo comício Diogo Velez que apelou para a inscrição dos trabalhadores no PCP e leu uma moção de congratulação pelo estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a URSS.

Três mil pessoas, enchendo completamente a Esplanada S. Luís-Parque, participaram no passado dia 15, no primeiro comício realizado pelo PCP em Faro e convocado pelas Comissões Concelhias de Faro e Olhão do PCP. A mesa da presidência foi constituída pelos camaradas Carlos Brito, do CC do Partido; Margarida Tengarrinha, da DOR; Helena Medina, da DOR; Alentejo e Algarve; Artur Matias, da Comissão Concelhia de Faro do PCP; Carmelita Reis, da Comissão Concelhia de Olhão do PCP; João Cabrita Baptista, da Comissão Concelhia de Faro do PCP; Zita Seabra, da CC da

UEC; José Lopes, da CC do Movimento da Juventude Trabalhadora e o democrata capitão Varela, da Comissão Concelhia do MDP de Monchique.

Presentes, também, representantes de vários sectores profissionais, nomeadamente da classe corticeira, dos empregados de escritório, dos bancários, dos serralheiros, dos ferroviários, do Sindicato da Construção Civil, dos profissionais de Seguros, dos pescadores e trabalhadores rurais e ainda uma delegação da Comissão Distrital do MDP do Distrito de Faro.

Abriu a sessão António de Pina Cabral que explicou ser por vontade do povo de Samora Correia que o PCP vinha ali prestar esclarecimentos sobre o seu programa de acção política. Em palavras entusiásticas prestou homenagem à acção do PC durante os 48 anos de fascismo. António Abalada, que falou em seguida, focou vários problemas das regiões agrárias do nosso país em que os trabalhadores são explorados pelos grandes latifundiários e advertiu os trabalhadores do perigo das greves indiscriminadas. Francisco Lancinha apelou para a união dos trabalhadores da região em Sindicatos virados para a defesa das suas justas reivindicações e falou da necessidade imediata da substituição das direcções das Casas do Povo, Juntas de Freguesia, regedorias, etc, por democratas que deem garantia de seriedade de gestão das autarquias. Diogo Velez, membro do PCP, encarcerado nas prisões fascistas até ao 25 de Abril, explicou a assistência à acção do Partido durante os 48 anos de fascismo, a luta que sempre travaram os militantes do partido que tornaram possível ao Movimento das Forças Armadas a gloriosa jornada do 25 de Abril. Falaram ainda: Francisca Velez, que apelou à participação das mulheres de Samora Correia na consolidação da liberdade; Joaquim Ramos, estudante de Direito que se referiu às guerras coloniais; Ildia Ramos, que tratou dos direitos da mulher trabalhadora; Zulmira Romão, trabalhadora de Samora Correia que apelou à unidade do povo, e o jovem operário metalúrgico Lindolfo Sopa, encorajado pelo comício Diogo Velez que apelou para a inscrição dos trabalhadores no PCP e leu uma moção de congratulação pelo estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a URSS.

Três mil pessoas, enchendo completamente a Esplanada S. Luís-Parque, participaram no passado dia 15, no primeiro comício realizado pelo PCP em Faro e convocado pelas Comissões Concelhias de Faro e Olhão do PCP. A mesa da presidência foi constituída pelos camaradas Carlos Brito, do CC do Partido; Margarida Tengarrinha, da DOR; Helena Medina, da DOR; Alentejo e Algarve; Artur Matias, da Comissão Concelhia de Faro do PCP; Carmelita Reis, da Comissão Concelhia de Olhão do PCP; João Cabrita Baptista, da Comissão Concelhia de Faro do PCP; Zita Seabra, da CC da

UEC; José Lopes, da CC do Movimento da Juventude Trabalhadora e o democrata capitão Varela, da Comissão Concelhia do MDP de Monchique.

Presentes, também, representantes de vários sectores profissionais, nomeadamente da classe corticeira, dos empregados de escritório, dos bancários, dos serralheiros, dos ferroviários, do Sindicato da Construção Civil, dos profissionais de Seguros, dos pescadores e trabalhadores rurais e ainda uma delegação da Comissão Distrital do MDP do Distrito de Faro.

Abriu a sessão António de Pina Cabral que explicou ser por vontade do povo de Samora Correia que o PCP vinha ali prestar esclarecimentos sobre o seu programa de acção política. Em palavras entusiásticas prestou homenagem à acção do PC durante os 48 anos de fascismo. António Abalada, que falou em seguida, focou vários problemas das regiões agrárias do nosso país em que os trabalhadores são explorados pelos grandes latifundiários e advertiu os trabalhadores do perigo das greves indiscriminadas. Francisco Lancinha apelou para a união dos trabalhadores da região em Sindicatos virados para a defesa das suas justas reivindicações e falou da necessidade imediata da substituição das direcções das Casas do Povo, Juntas de Freguesia, regedorias, etc, por democratas que deem garantia de seriedade de gestão das autarquias. Diogo Velez, membro do PCP, encarcerado nas prisões fascistas até ao 25 de Abril, explicou a assistência à acção do Partido durante os 48 anos de fascismo, a luta que sempre travaram os militantes do partido que tornaram possível ao Movimento das Forças Armadas a gloriosa jornada do 25 de Abril. Falaram ainda: Francisca Velez, que apelou à participação das mulheres de Samora Correia na consolidação da liberdade; Joaquim Ramos, estudante de Direito que se referiu às guerras coloniais; Ildia Ramos, que tratou dos direitos da mulher trabalhadora; Zulmira Romão, trabalhadora de Samora Correia que apelou à unidade do povo, e o jovem operário metalúrgico Lindolfo Sopa, encorajado pelo comício Diogo Velez que apelou para a inscrição dos trabalhadores no PCP e leu uma moção de congratulação pelo estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a URSS.

Três mil pessoas, enchendo completamente a Esplanada S. Luís-Parque, participaram no passado dia 15, no primeiro comício realizado pelo PCP em Faro e convocado pelas Comissões Concelhias de Faro e Olhão do PCP. A mesa da presidência foi constituída pelos camaradas Carlos Brito, do CC do Partido; Margarida Tengarrinha, da DOR; Helena Medina, da DOR; Alentejo e Algarve; Artur Matias, da Comissão Concelhia de Faro do PCP; Carmelita Reis, da Comissão Concelhia de Olhão do PCP; João Cabrita Baptista, da Comissão Concelhia de Faro do PCP; Zita Seabra, da CC da

UEC; José Lopes, da CC do Movimento da Juventude Trabalhadora e o democrata capitão Varela, da Comissão Concelhia do MDP de Monchique.

Presentes, também, representantes de vários sectores profissionais, nomeadamente da classe corticeira, dos empregados de escritório, dos bancários, dos serralheiros, dos ferroviários, do Sindicato da Construção Civil, dos profissionais de Seguros, dos pescadores e trabalhadores rurais e ainda uma delegação da Comissão Distrital do MDP do Distrito de Faro.

Abriu a sessão António de Pina Cabral que explicou ser por vontade do povo de Samora Correia que o PCP vinha ali prestar esclarecimentos sobre o seu programa de acção política. Em palavras entusiásticas prestou homenagem à acção do PC durante os 48 anos de fascismo. António Abalada, que falou em seguida, focou vários problemas das regiões agrárias do nosso país em que os trabalhadores são explorados pelos grandes latifundiários e advertiu os trabalhadores do perigo das greves indiscriminadas. Francisco Lancinha apelou para a união dos trabalhadores da região em Sindicatos virados para a defesa das suas justas reivindicações e falou da necessidade imediata da substituição das direcções das Casas do Povo, Juntas de Freguesia, regedorias, etc, por democratas que deem garantia de seriedade de gestão das autarquias. Diogo Velez, membro do PCP, encarcerado nas prisões fascistas até ao 25 de Abril, explicou a assistência à acção do Partido durante os 48 anos de fascismo, a luta que sempre travaram os militantes do partido que tornaram possível ao Movimento das Forças Armadas a gloriosa jornada do 25 de Abril. Falaram ainda: Francisca Velez, que apelou à participação das mulheres de Samora Correia na consolidação da liberdade; Joaquim Ramos, estudante de Direito que se referiu às guerras coloniais; Ildia Ramos, que tratou dos direitos da mulher trabalhadora; Zulmira Romão, trabalhadora de Samora Correia que apelou à unidade do povo, e o jovem operário metalúrgico Lindolfo Sopa, encorajado pelo comício Diogo Velez que apelou para a inscrição dos trabalhadores no PCP e leu uma moção de congratulação pelo estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a URSS.

Três mil pessoas, enchendo completamente a Esplanada S. Luís-Parque, participaram no passado dia 15, no primeiro comício realizado pelo PCP em Faro e convocado pelas Comissões Concelhias de Faro e Olhão do PCP. A mesa da presidência foi constituída pelos camaradas Carlos Brito, do CC do Partido; Margarida Tengarrinha, da DOR; Helena Medina, da DOR; Alentejo e Algarve; Artur Matias, da Comissão Concelhia de Faro do PCP; Carmelita Reis, da Comissão Concelhia de Olhão do PCP; João Cabrita Baptista, da Comissão Concelhia de Faro do PCP; Zita Seabra, da CC da

UEC; José Lopes, da CC do Movimento da Juventude Trabalhadora e o democrata capitão Varela, da Comissão Concelhia do MDP de Monchique.

Presentes, também, representantes de vários sectores profissionais, nomeadamente da classe corticeira, dos empregados de escritório, dos bancários, dos serralheiros, dos ferroviários, do Sindicato da Construção Civil, dos profissionais de Seguros, dos pescadores e trabalhadores rurais e ainda uma delegação da Comissão Distrital do MDP do Distrito de Faro.

Abriu a sessão António de Pina Cabral que explicou ser por vontade do povo de Samora Correia que o PCP vinha ali prestar esclarecimentos sobre o seu programa de acção política. Em palavras entusiásticas prestou homenagem à acção do PC durante os 48 anos de fascismo. António Abalada, que falou em seguida, focou vários problemas das regiões agrárias do nosso país em que os trabalhadores são explorados pelos grandes latifundiários e advertiu os trabalhadores do perigo das greves indiscriminadas. Francisco Lancinha apelou para a união dos trabalhadores da região em Sindicatos virados para a defesa das suas justas reivindicações e falou da necessidade imediata da substituição das direcções das Casas do Povo, Juntas de Freguesia, regedorias, etc, por democratas que deem garantia de seriedade de gestão das autarquias. Diogo Velez, membro do PCP, encarcerado nas prisões fascistas até ao 25 de Abril, explicou a assistência à acção do Partido durante os 48 anos de fascismo, a luta que sempre travaram os militantes do partido que tornaram possível ao Movimento das Forças Armadas a gloriosa jornada do 25 de Abril. Falaram ainda: Francisca Velez, que apelou à participação das mulheres de Samora Correia na consolidação da liberdade; Joaquim Ramos, estudante de Direito que se referiu às guerras coloniais; Ildia Ramos, que tratou dos direitos da mulher trabalhadora; Zulmira Romão, trabalhadora de Samora Correia que apelou à unidade do povo, e o jovem operário metalúrgico Lindolfo Sopa, encorajado pelo comício Diogo Velez que apelou para a inscrição dos trabalhadores no PCP e leu uma moção de congratulação pelo estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a URSS.

Três mil pessoas, enchendo completamente a Esplanada S. Luís-Parque, participaram no passado dia 15, no primeiro comício realizado pelo PCP em Faro e convocado pelas Comissões Concelhias de Faro e Olhão do PCP. A mesa da presidência foi constituída pelos camaradas Carlos Brito, do CC do Partido; Margarida Tengarrinha, da DOR; Helena Medina, da DOR; Alentejo e Algarve; Artur Matias, da Comissão Concelhia de Faro do PCP; Carmelita Reis, da Comissão Concelhia de Olhão do PCP; João Cabrita Baptista, da Comissão Concelhia de Faro do PCP; Zita Seabra, da CC da



Por todo o recinto podiam ver-se cartazes e disticos com as palavras de ordem do Partido e saudações de várias delegações do Algarve. O entusiasmo foi a nota dominante do comício que constituiu mais uma inequívoca demonstração do apoio das classes trabalhadoras ao Partido Comunista. Usaram da palavra Artur Matias, o dr. Maximiano do MDP, o jovem José Lopes, Zita Seabra e Margarida Tengarrinha. Esta última analisou com a maior objectividade a situação dos camponeses algarvios e reafirmou a sua ligação ao PCP, postas a circular entre a gente dos campos pela força da reacção e por elementos fascistas ainda enquistados nas associações rurais. «Com a Reforma Agrária que o PCP defende no seu Programa — disse Margarida Tengarrinha — só teríamos a perder os grandes latifundiários e os grandes capitalistas empresários e teríamos a ganhar toda a população trabalhadora dos campos. Quem tem medo dessa Reforma Agrária são os grandes latifundiários do Alentejo e do Ribatejo. Quem tem medo dela são os capitalistas como os da Torralta que possuem mais de 200 mil hectares de terras enquanto

um regime democrático. A própria estrutura económica que continua a ser dominada pelos grandes grupos monopolistas dificultará a marcha para a democracia. Devemos ter presente — destacou Carlos Brito — que o Governo Provisório representa uma vastíssima coligação de forças sociais e políticas com pontos de vista muito diferenciados. Estas forças estão unidas em torno de uma plataforma que é o Programa do M.F.A. Não se pode estranhar que dentro da coligação possam surgir divergências e que cada força política e social nela representada tenha sobre tal ou tal aspecto do Programa do M.F.A. a sua própria interpretação. Não é altura, porém, para sublinhar e dramatizar diferenças de opinião. O grande objectivo do momento deve ser a unidade. Unidade para concretizar as grandes tarefas imediatas — pôr fim à guerra colonial, cortar o passo à contra-revolução, prosseguir a democratização da vida portuguesa até às eleições livres para a Assembleia Constituinte.»

Assinalam os correspondentes do «Avante!» que foi calorosa a recepção dos participantes do comício aos camaradas

foram recolhidos cerca de 13 contos para auxílio material ao Partido.

Porto:
Dez mil pessoas no comício do Movimento Democrático Português — Unidade na construção de um regime democrático

Proseguir insistentemente no caminho da mobilização para o desencadear de acções com larga participação de todos os portugueses interessados em construir um regime democrático escolhido pelo próprio povo constituíram

VO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO!»

Avelino Gonçalves, ministro do Trabalho do Governo Provisório salientou que a unidade das forças democráticas não exige renúncia a posições ideológicas diferenciadas, não supõe a ocultação das divergências secundárias. Exige, isso sim, a clara consciência de que estamos unidos no essencial: uma vontade firme de conduzir o Programa do M. F. A. até à sua completa concretização. Do mesmo modo que nos uniu no passado e até ao derubamento do fascismo, assim hoje nos deve unir na luta pela construção de um regime democrático em Portugal.

Pereira de Moura Ministro

dão na vida pública a todos os níveis e em todos os locais.»

A sessão no Pavilhão dos Desportos do Porto foi, assim, uma grande manifestação da vitalidade do Movimento Democrático e uma afirmação inequívoca da importância da sua existência, contrariamente a todas as concepções liquidacionistas.

O mesmo revelaram todos os comícios que o Movimento Democrático Português tem vindo a realizar em Lisboa, Queluz, Oeiras, Loures, Torres Vedras, Abrantes, Valongo, Ponte de Sor, Portimão, Rios, Pademe, Faro e muitas outras cidades, vilas e aldeias dos diferentes distritos.

SAUDAÇÕES ÀS FORÇAS DEMOCRÁTICAS PORTUGUESAS

Representantes do Comité Francês para as Liberdades Democráticas e a Amnistia em Portugal, do Partido Comunista Francês, do Partido Socialista, do PSU, do Movimento dos Radicais de Esquerda, da CGT, da CFTD e de Temoinage Chrétien aprovaram, numa reunião realizada a 16-5, uma mensagem dirigida ao Governo Provisório e às forças democráticas portuguesas. Diz-se, nessa mensagem:

«Felicitamos os membros dos partidos e organizações democráticas de Portugal que, na prisão, às torturas, aos assassinatos, corajosa e tenazmente uniram todos os democratas e patriotas portugueses, de todas as opiniões políticas, religiosas e filosóficas, para lutar contra o regime fascista e chegar ao levantamento do exército e do povo a 25 de Abril de 1974, para a formação dum governo democrático. Saudamos o Governo Provisório, abrangendo membros de todas as formações democráticas de Portugal. (...) Desejamos grandes êxitos ao Governo e às forças democráticas e populares que o apoiam.»

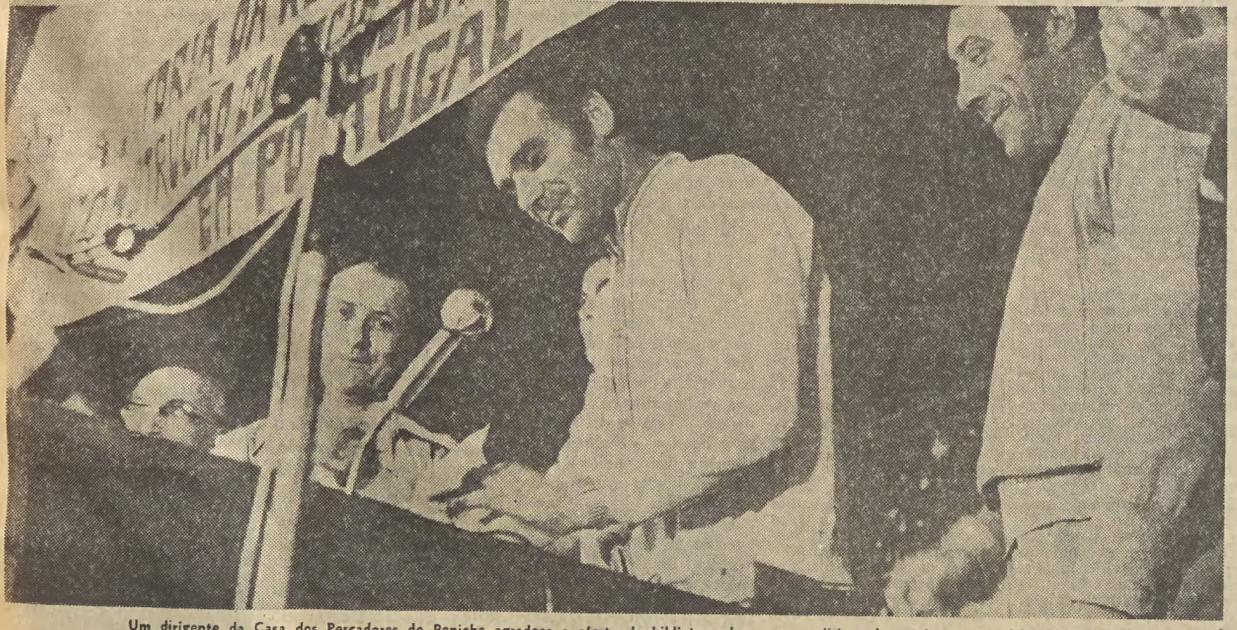
batentes da liberdade, militares, políticos e sindicalistas. «Certos de que será mantida a maior vigilância a fim de que estas conquistas não sejam postas em causa, nós os delegados a este Congresso — concluiu a saudação — dizemos, juntamente com todos os democratas portugueses: «O povo unido jamais será vencido.»»

Trabalhadores portugueses da Renault saúdam o PCP e o «Avante!»

Trabalhadores portugueses, comunistas e simpatizantes do PCP, trabalhando em França nas fábricas Renault de Boulogne-Billancourt, dirigiram ao CC do Partido Comunista Português uma calorosa saudação na qual dizem:

«(...) E em vós, e no Partido Comunista Português que reconhecemos a garantia mais sólida da actual consolidação

Com grande alegria saudaram os trabalhadores portugueses de Vannes os acontecimentos políticos em Portugal e o processo de democratização em curso no País, tendo realizado reuniões festivas e de informação e discussão política que tiveram lugar na Ecole St. Exupéry, à Rua Sadi-Carnot.



Um dirigente da Casa dos Pescadores de Peniche agradece a oferta da biblioteca dos presos políticos do movimento unitário prisional

O «AVANTE!» É DE TODOS NÓS; ENVIAMOS CRÍTICAS E SUGESTÕES

No mundo socialista

A economia soviética desenvolve-se a passos firmes

No passado dia 16 realizaram-se na U. R. S. S. as eleições para o Soviete Supremo. Durante as últimas semanas toda a vida política interna do país dos soviéticos girou à volta deste importante acontecimento.

Qual é então o resultado principal da última legislatura do Soviete Supremo, isto é, dos últimos 4 anos? Como é evidente para toda a gente, estes últimos 4 anos confirmaram inteiramente a justiça da linha política interna e externa aprovada pelo XXIV Congresso do PCUS, em 1971.

No plano externo, o Programa de Paz aprovado pelo XXIV Congresso tem vindo a ser aplicado ponto por ponto, provando mais uma vez a grande maturidade política e clarividência do PCUS.

Este resultado fundamental da política externa do Estado soviético é completado e fundamentado, de modo determinante, pelos grandiosos êxitos na esfera da construção económica no interior do país, o que se traduz pelo facto incontestável de que o 9.º plano quinquenal de desenvolvimento da economia da URSS, para o período de 1971-1975, está não só a ser cumprido, mas a ser ultrapassado em muitos aspectos.

Vejam os então alguns dados que caracterizam o desenvolvimento económico nos últimos 4 anos: no que respeita à indústria, base fundamental para o desenvolvimento de toda a economia, o volume da produção aumentou, de 1969 a 1973, em 30 por cento, isto é, a um ritmo anual médio de crescimento de 7,5 por cento.

Outro traço bem visível dos felizes resultados económicos dos últimos anos são os progressos alcançados na criação duma poderosa base material e técnica da agricultura e os êxitos obtidos por ela. Em 4 anos foram fornecidos à agricultura 1 milhão e 258 mil

tractores, 738 mil camiões e 208 milhões de toneladas de adubos minerais. As consequências práticas deste equipamento técnico da agricultura e das grandes obras de irrigação e drenagem realizadas no campo, bem como do enorme esforço de organização e mobilização do Partido Comunista, estão à vista: o volume anual médio da produção global da agricultura e pecuária cresceu no período de 1970-1973, em relação ao quadriénio anterior, em 13%.

A produção de culturas cereíferas aumentou em 17%, a de algodão em 23%, a de carne em 15%, a de leite em 5% e a de ovos em 33%. Estes resultados são o melhor desmentido às falsas afirmações da propaganda burguesa sobre a pretensa crise da agricultura soviética.

Ao serem, pois, eleitos os deputados do Soviete Supremo da U. R. S. S. têm, não só atrás de si, as realizações notáveis que acabámos de citar mas também têm para oferecer a todos os cidadãos uma perspectiva clara, fundamentada e sólida: novas medidas concretas do avanço do povo soviético para o comunismo, sob a direcção da sua provada vanguarda — o glorioso Partido Comunista da União Soviética.

Aumentar a RDA a produção de máquinas para a indústria poligráfica. A maioria da produção de maquinaria e equipamentos para a indústria poligráfica da República Democrática Alemã é exportada para numerosos países, absorvendo os países socialistas cerca de 60% do total dessa exportação.

Além da exportação em série de maquinaria a RDA realiza também, para países estrangeiros, projectos que lhe são pedidos. Os especialistas do Bureau de Projecção de Leipzig elaboraram o projecto tecnológico de uma das maiores tipografias de «off-set» da Índia, que começou a funcionar o ano passado.

Completamente equipada com maquinaria da RDA essa tipografia pode publicar 10 milhões de manuais escolares por dia.

A difusão do livro na Bulgária. Durante os 30 anos do poder popular na Bulgária foram publicados 90 mil títulos de livros numa tiragem global de mais de 820 milhões de exemplares. A compra de li-

ngria: êxitos da divisão socialista internacional do trabalho. Durante 10 dias na Avenida Albertirchai, de Budapeste, onde esteve patente ao público uma nova exposição internacional, flutuaram as bandeiras de 25 países. Mais de 750 empresas e organizações comerciais externas dos países socialistas e 800 firmas de países capitalistas expuseram este ano materiais de construção de máquinas nesta tradicional Feira da Primavera.

A exposição dos países socialistas foi este ano dedicada ao 25.º aniversário do Conselho de Ajuda Mútua Económica. Essa exposição demonstrou amplamente os êxitos da integração económica da cooperação e da divisão do trabalho socialistas.

Cuba: a preocupação pela saúde das massas populares. Em cada ano aumenta a rede de centros profilácticos em Cuba. A assistência médica chegou até aos lugares mais distantes do país.

Na província de Camaguei, por exemplo, antes da revolução existiam apenas 26 hospitais, na maioria particulares e com assistência médica paga. Estomatologistas nem sequer os havia. Actualmente, nesta mesma província de Cuba socialista, existem 130 hospitais e postos clínicos, sendo a assistência médica gratuita.

12.º ANIVERSÁRIO DA FRELIMO. A FRELIMO, comemora, no próximo dia 25, o 12.º aniversário da sua fundação. Assinalando a data, moçambicanos residentes em Lisboa, promovem uma série de actividades culturais e políticas.

Nos dias 18 e 19 realizaram-se colóquios sobre a história da FRELIMO e sobre o papel da mulher na Revolução Moçambicana, acompanhados pela exibição de filmes.

De 20 a 25 de Junho, é o seguinte o programa das manifestações:

5.ª-FEIRA — Dia 20 de Junho, na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias de Angola, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe.

6.ª-FEIRA — Na cantina da Cidade Universitária às 13 horas: início da exposição sobre a FRELIMO; às 21, colóquio sobre «Colonialismo e neocolonialismo», seguido de filme sobre a FRELIMO.

SABADO — Na cantina da Cidade Universitária, às 15 horas: filme sobre o MPLA e o PAIGC e colóquio sobre «A Aliança natural entre os povos das colónias e o Povo Português».

DOMINGO — No Campo Grande, às 13 horas: exposição, seguida por comício anticolonialista.

2.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 12 horas: exposição; às 21, colóquio sobre as «Ações libertadoras: combater produzir e estudar».

3.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 15 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

4.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 18 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

5.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

6.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

7.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

8.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

9.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

10.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

11.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

12.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

13.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

14.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

15.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

16.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

17.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

18.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

19.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

20.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

21.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

22.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

23.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

24.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

25.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

26.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

27.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

28.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

29.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

30.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

31.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

32.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

33.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

34.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

35.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

36.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

37.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

38.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

39.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

40.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

41.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

42.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

43.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

44.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

45.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

46.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

47.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

48.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

49.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

50.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

51.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

52.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

53.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

54.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

55.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

56.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

57.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

58.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

59.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

60.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

61.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

62.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

63.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

64.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

65.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

66.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

67.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

68.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

69.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

70.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

71.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

72.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

73.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

74.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

75.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

76.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

77.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

78.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

79.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

80.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

81.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

82.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

83.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

84.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

85.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

86.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

87.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

88.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

89.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

90.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

91.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

92.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

93.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

94.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

95.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

96.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

97.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

98.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

99.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

100.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

101.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

102.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

103.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

104.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

105.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

106.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

107.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

108.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

109.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

110.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

111.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

112.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

113.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

114.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

115.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

116.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

117.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

118.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

119.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

120.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

121.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

122.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

123.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

124.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

125.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

126.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

127.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

128.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

129.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

130.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

131.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

132.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

133.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

134.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

135.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

136.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

137.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

138.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

139.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

140.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

141.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

142.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

143.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

144.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

145.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

146.ª-FEIRA — Na Casa de Moçambique, às 21 horas: sessão cultural de música e poesia revolucionárias moçambicanas.

Façamos o processo dos criminosos da P.I.D.E./D. G. S.

DEPOIMENTO DE MANUEL JUDAS

A história demonstra-nos que uma política tão ferozmente repressiva como a PIDE-DGS só pode existir num regime violador dos mais elementares direitos humanos.

Não só o direito de associação, o direito de reunião e de expressão foram barbaramente espezinhados pelo regime fascista e pelos seus mandatários do terror como a PIDE-DGS e organizações paralelas.

O próprio direito ao trabalho foi roubado a todos aqueles que ousavam resistir ou manifestar o seu descontentamento. As incessantes perseguições da PIDE-DGS não se verificavam somente ao nível de prisões. Milhares de portugueses foram despedidos dos seus locais de trabalho por pressão desta polícia, sempre aliada da exploração económica conduzida pelo capital. Outros tantos viram as suas candidaturas recusadas, independentemente da sua competência. Particularmente, nas repartições públicas a PIDE-DGS cabia a última palavra nas questões de admissão do pessoal. Se a informação referenciava nos registos desta polícia nada consta em seu desabono) o emprego estava assegurado. Mas quantas vezes se verificavam informações do tipo «considerada incompetente a sua admissão» ou «não oferece garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado?»

Que o digam os milhares de trabalhadores atingidos no seu ganha-pão por este controlo criminoso!

«Avante!» continua a denunciar os crimes cometidos por este instrumento da opressão política!

Para que a vigilância não esmoreça!

Para que seja feito o processo dos criminosos da PIDE-DGS!

Manuel Judas, actualmente membro da Comissão Concelhia de Almada do nosso Partido, tem 29 anos e é regente agrícola. Foi um dos últimos presos do regime fascista. Submetido a um período duríssimo de nove dias de interrogatório, Manuel Judas testemunha-nos claramente o tipo de processos utilizados pela criminoso PIDE-DGS.

Fui preso no dia 2 de Abril, às 11 horas, à porta do meu emprego. Comecei os interrogatórios no dia 3, após me terem enviado ao médico. Era acusado de desenvolver determinado tipo de actividades no interior do Movimento Democrático, as quais neguei sempre. Durante dois dias e por ordem do inspector Tinoco, não me deixaram sentar, nem encostar a parede ou ficar imóvel. As pernas e os pés incharam-me e extraordinariamente me mantinha-me lúcido, não sentindo ainda os efeitos da privação do sono. Nesse se-

gundo dia sofri a primeira sessão de espancamento, comandada pelo chefe de brigada André, e com a sua participação activa. Tudo começou porque eu continuei a negar as acusações.

Quiseram então que me ajoelhasse na ponta de uma cadeira com os braços abertos. Como me recusei, um agente forte, alourado, a quem chamavam Bronze (não sei o verdadeiro nome porque eles usavam geralmente pseudónimos) bateu-me com um cassetete pequeno de borracha na ponta dos dedos para me obrigar a abrir os braços. Encolhi os braços e pus as mãos entre as pernas, para me esquivar aos golpes. Empurraram-me e eu caí. Embora estivesse em condições de me levantar fiquei encolhido no chão. Pegaram-me pelos cabelos para me pôr de pé, mas eu mantinha as pernas encolhidas e eles levantavam-me no ar, como sou muito leve, e deixavam-me cair outra vez.

Para variar, pegaram-me pelos cabelos, e mantendo-me a cabeça baixa, pusem-me a correr à volta da sala. Eu deixei amolecer as pernas e eles arrastavam-me. Depois puxaram-me o braço para trás das costas, para me manter de pé, e continuaram a obrigar-me a correr. Não sei quanto tempo durou isto, mas pareceu-me muito, até que perdi a força nas pernas e me encostei à parede. Depois desse tal Bronze pegou-me nos cabelos e abanou-me a cabeça. Isto é que me deu uma sensação muito esquisita. Quando ele me largou, não mantinha o equilíbrio e não me lembrava bem do sitio onde estava.

Toda a sessão era acompanhada de ofensas à minha mãe, ao meu pai e aos meus familiares. Disseram-me que o meu irmão, que lá tinha estado preso, não apanhara porque era tuberculoso, mas eu ia levar pelos dois. Deixaram-me com a ameaça de que voltariam mais tarde.

«Avante!» — Continuavas sempre de pé durante esses dias?

Só me deixavam sentar cerca de dez minutos, ao almoço e ao jantar. Nesse mesmo dia voltaram depois do almoço. Continuei a dizer que nada tinha a declarar. Voltaram a bater-me, desta vez também com a mão em cutelo no nariz e na garganta, o que me tirava a respiração. Como o resto do corpo já estava adormecido com a pancada da manhã, não sentia muito a dor. Largaram-me ao fim de algum tempo e voltaram ao outro dia de manhã. Quando esse que chamavam Bronze entrou, trazia já o cassetete, pôs-o na mesa, arregaçou as mangas e disse: «Vamos lá a ver se tem alguma coisa a dizer ou não.» Voltei a afirmar que não tinha mais nada a dizer. Mandou-me tirar o casaco e queria que eu de novo corresse à volta

da sala. Mas eu tinha as pernas totalmente presas, porque não me tinham deixado mudar de sapatos e os pés estavam de tal modo inchados que não os sentia no chão. Como não conseguia correr, batiam-me nos braços. Evitavam sempre tocar-me no rosto, dizendo: «O que você queria era que lhe fizéssemos nódoas negras para aparecer à família, na visita, armado em mártir.» Fiquei sem poder mexer os braços. Depois, às refeições, eu tinha de levar a boca ao prato, não conseguia segurar a colher, o que os levava a gozar: «Este como os porcos.» E continuavam sempre a insistir com ofensas à família, até porque eu ao princípio tinha reagido.

A tortura «Israel»

—Voltei a ser interrogado, domingo, por esse André. Como não lhe respondi, eles enviaram para junto de mim um tipo que se via não ser um desses agentes de rotina, pois conduziu toda uma conversa de carácter psicológico. Alertado, eu disse-lhe: «Não respondo às suas perguntas porque já percebi onde quer chega.»

Nesse mesmo dia fui submetido a uma tortura que ca fora me disseram chamarem-se «Israel». Depois do almoço, entraram cinco homens e duas mulheres que me rodearam e me espancaram, atirando-me uns para os outros. Isto era acompanhado de grande gritaria, chamando-me «fanático» e outros nomes que não recordo. O objectivo era desorientar-me e os gritos lançaram-me numa grande confusão. Batearam-me, várias e repetidas vezes, com a cabeça na parede em pancadas curtas. Dava-me a sensação de ter a cabeça oca e aquele barulho soava-me dentro, fazendo eco. Fiz um esforço para me aguentar. Encostaram-me à parede e todos vieram malhar-me, até as individualidades, o estômago, o fígado, etc. Um até me deu uma pancada mais forte no pescoço e desfaleci, o que os alarmou um pouco pois devo ter ficado com um aspecto esquisito.

A hora da libertação

—Voltei a interrogatórios por dois períodos de dois dias de sono, com ameaças de repetição de todo o anterior processo. Mantinha-me animado porque sabia que a malta cá fora continuava a trabalhar. Tinha-me apercebido das prisões do dia 6, quando estava em interrogatório, e soube também das prisões do dia 18. Isso mais me levava a aguentar firme.

No dia 25 apercebi-me que algo de anormal se passava. Não houve recreio, nem visitas, nem julgamentos que estavam marcados e a guarda apareceu de prevenção. Por volta das 18,30 horas, em frente surgiram pessoas a acenar e um carro cominou, com o «claxon», o golpe militar. Porém não sabíamos a natureza política do golpe e a noite foi de angústia para todos nós. E finalmente veio a manhã de 26 em que os fuzileiros nos libertaram e nos encontramos todos em festa no pátio. O regresso às celas e a permanência durante todo o dia encheu-nos de ansiedade. Ouvíamos a multidão que nos aguardava a manifestar-se. Eu, na hora da saída, estava de tal modo excitado que vivia tudo como num sonho.

REUNIÕES DA JUVENTUDE TRABALHADORA

O Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT) tem previsto para os próximos dias diversas reuniões e manifestações.

No distrito de Lisboa:

- 21/6 — Convívio dos jovens de Benfica, no Salão de Festas do «Leão da Fúria», às 21 horas.
- 21/6 — Reunião dos jovens da freguesia de Monte Lavar. A esta reunião é hábito assistirem mais de meia centena de jovens trabalhadores. As 21 e 30, na sede da CDE local.
- 22/6 — Comício relâmpago na Castanheira do Ribatejo, durante as festas locais.
- 23/6 — Reunião da Comissão Central Nacional, às 10 horas, na sede da CDE de Lisboa.
- 6/7 — Festa em Monte Lavar. Participação de toda a linha de Sintra. Duas partes: desportiva e de convívio; debates. Preparação para o Acampamento

«Avante!» — Qual a tua posição perante os criminosos agentes da PIDE-DGS?

— Em relação aos agentes, é urgente o apuramento de responsabilidades porque todos os indivíduos que trabalhavam na PIDE eram agentes, mesmo os que tentam esconder-se atrás dos serviços burocráticos. As próprias dactilógrafas e contínuos tinham cursos de agentes e muitos participaram nas torturas. Por outro lado, é necessário responsabilizar os informadores. Os agentes eram o instrumento de tortura mas os informadores forneciam-lhes todos os elementos para actuar.

Devem, pois, os partidos e o movimento democrático estarem particularmente vigilantes para que não haja o mínimo de condescendência perante os actos cometidos os quais devem ser amplamente divulgados até ao julgamento dos criminosos da PIDE-DGS.

SOBRE O DEPOIMENTO DE AGOSTO VALDEZ

No depoimento de Augusto Valdez, publicado por «Avante!» a 7 de Junho, refere-se o comandante da prisão de Peniche, tenente Marques.

«Avante!» esclarece que não se trata do tenente da G. N. R., Luis Abreu Marques, que nessa altura se encontrava a cumprir serviço na vila de Peniche. A necessidade destes esclarecimentos demonstra que as populações se mantêm vigilantes e não hesitam em hostilizar todos aqueles que foram instrumento ou colaboraram com a opressão fascista.

Meio milhar de pessoas, operários na sua grande maioria, participaram numa sessão de esclarecimento político efectuada no cine-teatro de Valadares, no dia 14 do corrente. Promovida por um grupo de trabalhadores, a sessão foi orientada pelo camarada Falcão, membro da comissão concelhia de Vila Nova de Gaia do PCP. As intervenções voltaram-se essencialmente para a orientação e actuação nas presentes circunstâncias. Foram aludidos os problemas da classe operária e o papel fundamental que a esta cabe no desenvolvimento do processo de democratização do País.

Referiu-se, igualmente, a exploração da mão-de-obra infantil, a discriminação salarial em relação à mão-de-obra feminina e ainda problemas que afectam directamente a população trabalhadora de Valadares. O operário metalúrgico António Pereira salientou a necessidade das classes trabalhadoras estarem vigilantes relativamente a manobras dos grandes potentados económicos, nomeadamente quanto às propostas do patronato para a participação operária nos lucros e na gestão das empresas, forma de manietação e alienação sem quaisquer vantagens para os trabalhadores, e cujo objectivo consiste em prolongar e dar novo alento à exploração capitalista.

Uma operária textil referiu a desenfreada exploração da mão-de-obra infantil e a discriminação salarial de que a mulher é vítima, procedimento a que recorre o patronato para pagar remunerações inferiores para o mesmo trabalho e como forma de divisão dos trabalhadores. Esta trabalhadora acentuou igualmente a importância das próximas eleições, alertando os operários têxteis, fundamentalmente, para a necessidade de elegerem dirigentes que velem pela defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores e para a sua unidade em torno dos objectivos da classe.

O apoio à independência dos povos coloniais e a necessidade do incremento das conversações com os legítimos representantes desses povos foram sublinhados por Nôzes Pires, membro da comissão executiva do Movimento Democrático do Porto. Manifestou-se igualmente, neste sentido, um membro da comissão central do Movimento da Juventude Trabalhadora, Ernesto Afonso. Apondo, também, os despedimentos de que são vítimas os jovens trabalhadores em idade pré-militar e afirmou que a reivindicação do direito ao voto aos 18 anos decorre das próprias responsabilidades que nessa mesma idade são exigidas à juventude. Problemas que requerem soluções a curto prazo e que afectam a população de Valadares foram apontados pelo camarada Falcão, nomeadamente o saneamento, deficiências no abastecimento de electricidade, carência de instalações escolares tanto do 1.º como do 2.º grau, inexistência de uma adequada rede de acessos, de um parque infantil, de uma biblioteca pública para educação do povo, uma eficiente assistência médica, de um adequado mercado público, etc.

Por sua vez, Branca de Carvalho, da comissão distrital do Porto do PCP, alertou as operárias contra a errada ideia de que a mulher não deve participar na vida sindical e política. Foram o fascismo e o patronato, de mãos dadas, acentuando, que sempre tentaram impedir a participação da mulher na vida sindical e política para melhor a explorar e alienar. Porém, nunca conseguiram. As mulheres lutaram contra a guerra colonial, pelo regresso dos seus filhos, dos seus maridos, dos seus irmãos. Neste momento, disse, cabe à mulher o importante papel da defesa

Quem defende a pequena e média empresa? Quem a arruina e ameaça?

Chegam continuamente ao nosso jornal as preocupações que assaltam a pequena e a média empresa. Devemos dizer que não são apenas preocupações. São realidades gritantes que ameaçam este sector social, o lançam na crise e na ruína.

Subiu de tom nos últimos dias o eco dos embaraços que assediavam a pequena e a média empresa. Restrições de crédito. Atraso nos pagamentos das grandes empresas. Redução das exportações. Retração do mercado interno. Armazenamento de mercadorias sem venda. Falências e liquidações apressadas para saldar débitos em aberto.

Para além desta realidade económica de nefastas consequências uma outra se insere neste mesmo processo: a campanha desencadeada pelas forças reaccionárias, tendentes a provocar o pânico e a promover o caos económico.

Agindo deste modo, as forças reaccionárias visam um duplo objectivo: liquidar este importante sector ou submetê-lo a uma situação de tal modo embaraçosa que o leve a passar-se para o seu lado, minando deste modo a base social do novo regime saído do Movimento de 25 de Abril.

Deste modo os monopólios, ao mesmo tempo que reforçam o poder económico, procuram igualmente reaver o poder político perdido com a queda da ditadura fascista.

A restrição do crédito pelos grandes bancos destinase a asfixiar as classes médias, isto é, os pequenos e médios industriais, comerciantes e agricultores.

A acção em curso está devidamente definida. Não deixa dúvidas nem quanto aos seus autores nem quanto aos objectivos que visam.

São os monopólios e os grandes bancos, que se empenham nesta tarefa. Eles possuem as posições dominantes que lhes vêm da ditadura fascista em cujo período floresceram com uma minuciosa protecção do regime.

Os aventureiros pseudo-revolucionários são instrumentos da sua ruinosa acção, nas tentativas insensatas para se manter a confusão e provocar o descalabro das pequenas e médias unidades económicas.

Para debelar a situação que atinge as pequenas e médias empresas o Governo Provisório tomou nestes últimos dias algumas medidas concretas que poderão atenuar os efeitos da conjuntura que se desenha.

Foi criada uma comissão de apoio à pequena e média unidade industrial. Estabeleceu-se uma ajuda financeira de 500 000 contos, a este sector social através da Caixa Geral de Depósitos, do Banco de Fomento e dos bancos comerciais. Determinou-se, com esse objectivo, a dimensão da pequena e média empresa que vai de 5 a 300 trabalhadores.

Considerou-se igualmente,

no diploma do Governo Provisório, de acordo com o montante das dívidas reconhecidas, a obrigatoriedade da concessão de crédito bem como às empresas que caíram na categoria das pequenas e médias empresas. Estabeleceu-se o prazo de um mês para a concessão do crédito.

Um outro diploma do Governo Provisório criou o Instituto de Apoio à pequena e média empresa:

Vê-se assim que a política do novo Governo começa a ter em conta os interesses deste sector social, facto que marca a separação com o regime fascista, que serviu subservientemente o poder dos monopólios.

Tratam-se ainda de medidas iniciais, mas que evidenciam o novo rumo da política nacional.

Toda a obra do regime fascista se destinou, no plano da indústria, como da agricultura e do comércio, a proteger as forças monopolistas, o processo de concentração e de centralização de capitais, destruindo ao mesmo tempo, de forma impiedosa os pequenos e médios industriais, agricultores e comerciantes.

O processo de democratização que está em curso não pode ignorar os interesses da pequena e média empresa, que o mesmo é dizer dos pequenos e médios comerciantes e agricultores, para os defender da voragem dos monopólios e da acção desagregadora das forças reaccionárias.

Trata-se de reforçar a frente democrática, antifascista e antimonopolista.

É PRECISO DESMASCARAR AS MANOBRAS DOS MONOPÓLIOS

—afirmou-se em Valadares numa reunião operária

dos seus direitos e das liberdades democráticas já conquistadas. Cabe à mulher participar activamente na vigilância que todos os trabalhadores têm de manter para barrar o caminho à reacção e ao fascismo. Finalmente, acentuou, a mulher deve reivindicar salário igual para trabalho igual, assistência à maternidade e infância e lutar pelas reivindicações comuns a todos os trabalhadores.

Contra a manutenção da administração fascista da Câmara de Gondomar

A guerra colonial, os problemas de trabalho e o processo de democratização do nosso país foram alguns dos pontos debatidos numa ses-

são promovida pela comissão concelhia do Movimento Democrático de Gondomar e que se realizou no passado dia 16, na Junta de Freguesia de Rio Tinto.

Estiveram presentes na mesa representativa do PCP, a quem foram predominantemente dirigidos os pedidos de esclarecimento sobre os pontos em discussão. Durante a sessão, que reuniu cerca de 200 pessoas, foi aprovado o texto de um telegrama a enviar ao ministro da Administração Interna, protestando contra a manutenção da Câmara fascista de Gondomar e exigindo a imediata posse da comissão administrativa proposta e eleita através de plebiscitos convocados pelo Movimento Democrático.

Antifascistas italianos de visita ao nosso país

Desde segunda-feira passada que se encontra no nosso país uma delegação antifascista italiana, composta por representantes dos principais partidos e organizações sindicais. A vitória da sublevação militar de 25 de Abril e os acontecimentos que se lhe seguiram, no sentido de encaminhar Portugal na via da democracia e da derrota completa do fascismo, tiveram grande repercussão em Itália, cujo povo ainda não esqueceu os anos terríveis da ditadura de Mussolini e dos seus sicários.

Compreende-se, pois, a alegria e o interesse suscitado naquele país pelo que se vem passando entre nós, e de que a visita de políticos italianos é um reflexo. A delegação é constituída por Francisco Albertini, vice-presidente do Senado e membro do Conselho Nacional da Presidência, Sergio G. Segre, do Partido Comunista, responsável das relações internacionais; A. Gaggero, também do Partido Comunista, secretário-geral do Comité de Solidariedade com Portugal; A. Sanza, das Juventudes da Democracia Cristã; A. Scaglia, representante das três centrais sindicais italianas; S. Pertini, do Partido Republicano; Emílio Semione, jornalista do «Unità», órgão central do P. C. I.

Os políticos italianos, animados do maior interesse em conhecer a actual situação no nosso país, avistaram-se com o primeiro-ministro português, e o seu adjunto-chefe de Governo, disse, cabe à mulher o importante papel da defesa

Cunhal, ministro do Governo Provisório. Tiveram reuniões com delegações do Partido Comunista, do Movimento Democrático, do Partido Socialista, da Esquerda Socialista e do Partido Popular Democrático. Foram também recebidos pelo Presidente da República, general António de Spínola.

Os contactos entre os ilustres visitantes e o nosso Partido revestiram-se de maior cordialidade. A oportunidade foi aproveitada para uma detalhada exposição dos pontos de vista do PCP sobre a situação portuguesa e sua evolução futura, tendo os políticos italianos manifestado a maior compreensão acerca das nossas posições.

Da visita da delegação italiana ao nosso país, dos contactos havidos, dos esclarecimentos e informações recebidos, resultará certamente o estreitamento dos laços de amizade entre os povos dos dois países, tendo-se entretanto dado um importante passo para um melhor e mais claro conhecimento em Itália dos caminhos democráticos e antifascistas que Portugal actualmente percorre.

ASSINA O "AVANTE!"



Manuel Judas discursando num recente comício

Documento do Comité Central do PCP

NO CAMINHO DA DEMOCRACIA E DA PAZ

CONT. DA PÁG. 1

mente orientadas, ajudar a resolver alguns problemas sectoriais.

6

Luta reivindicativa e movimento sindical

A exploração capitalista não sofreu em Portugal alteração. O nível de vida dos trabalhadores portugueses continua a ser o mais baixo da Europa. A luta reivindicativa dos trabalhadores continua a ser indispensável para assegurar o melhoramento das suas condições de vida e de trabalho, melhoramento completamente possível dentro dos limites comportáveis para a economia nacional na situação actual.

É essencial, no momento presente, uma melhor organização do movimento reivindicativo nas empresas e classes, uma ampla divulgação das experiências da luta operária, uma íntima ligação da luta nas empresas com a acção sindical e a implantação desta nas empresas.

O PCP chama porém a atenção dos trabalhadores portugueses para o seguinte:

a) São por vezes apresentadas reivindicações que, na actual situação económica e social, não podem manifestamente ser satisfeitas. É impossível, sem uma grave perturbação da estabilidade económica, alcançar ao mesmo tempo consideráveis aumentos de salários, diminuição do número de horas semanais, aumento de férias pagas, etc. O PCP alerta contra o perigo de reivindicações irrealistas e chama particularmente a atenção para as exigências de súbita e radical diminuição da semana de trabalho, que em alguns casos desceria a níveis não praticados mesmo nos países mais desenvolvidos. Semanas de 35/36 horas não correspondem ao nível do actual desenvolvimento económico. As reivindicações irrealistas conduzem a um beco sem saída, à perturbação do equilíbrio económico, ou ao aumento dos preços e ao agravamento da inflação, que anulam os aumentos de responsabilidade de não autorizar o acordado.

O PCP alerta para a manobra do patronato reaccionário que incita a reivindicações irrealistas e que aconselha depois os trabalhadores a irem ao Ministério do Trabalho, para que seja este a chamar a si a impropria responsabilidade de não autorizar o acordado.

b) As formas de luta devem ser cuidadosamente examinadas antes de decididas. No actual momento político, a greve só deve ser utilizada na luta por reivindicações sérias e ponderadas, depois de esgotados todos os outros recursos. Os trabalhadores devem fazer tudo para que não tenha lugar em sectores-chave da vida económica dadas as profundas e desfavoráveis repercussões que pode ter na situação económica e dadas as graves reacções que pode provocar. O CC do PCP desaprova a greve dos CTT, que, utilizando designadamente o justo descontentamento dos trabalhadores, procurou voltar estes contra o Governo numa posição que serve os designios da reacção. Desaprova a greve em outros sectores vitais da vida económica e social do País e apela para que os trabalhadores tenham plena consciência dos graves riscos que correm e fazem correr ao processo de democratização iniciado em 25 de Abril.

Chama a atenção para tentativas do patronato, em relação ao abastecimento do pão, aos táxis e a outros sectores, cuja paralisação ou perturbação poderia afectar gravemente a vida social.

Com a sua experiência e a autoridade que lhe dá a luta abnegada nos negros anos do fascismo e a sua luta permanente no passado e no presente em defesa dos interesses dos trabalhadores, chama com solenidade a atenção dos trabalhadores para o facto de que a desorganização da economia, a paralisação de transportes e outros meios vitais da vida económica cria condições favoráveis para a reacção e a contra-revolução.

Em relação com a luta reivindicativa, o CC do PCP chama a atenção para certas deficiências que se notam na actividade sindical, designadamente nos próprios sindicatos. Consideram-se muito positivos os passos dados na criação de estruturas federativas. Na preparação da reestruturação sindical, os sindicalistas têm um importante papel a desempenhar. Impõe-se, entretanto, que o grosso das forças do movimento se concentre nos próprios sindicatos junto das massas trabalhadoras.

7

Manobras contra-revolucionárias

A ditadura fascista foi derrubada, mas o fascismo não foi totalmente destruído. Os fascistas dispõem ainda de fortes posições no aparelho de Estado, em grupos económicos dominantes e em numerosos sectores da vida social portuguesa. Sectores reaccionários e conservadores, que beneficiaram de privilégios no tempo da ditadura, opõem-se ao curso democrático da política portuguesa.

Acerca do perigo de um regresso ao fascismo, o PCP insiste em alguns pontos essenciais:

1.º—O fascismo encontra a barrar-lhe o caminho duas forças fundamentais: as Forças Armadas, que fi-

zeram o 25 de Abril e se mantêm fiéis aos objectivos de liquidar o fascismo e de instaurar um regime democrático em Portugal, e o grande movimento popular de massas, cujos principais componentes são os Partidos Comunista e Socialista, o Movimento Democrático Unitário, o movimento operário e sindical, os movimentos democráticos da juventude e das mulheres. Se se mantém a unidade do movimento popular e a aliança deste com as Forças Armadas, quaisquer tentativas contra-revolucionárias serão derrotadas e esmagadas

2.º—A estratégia da contra-revolução condensa-se em seis direcções: 1) Dividir o movimento popular e quebrar a sua aliança com as Forças Armadas; 2) Criar dificuldades económicas conduzindo o País a uma grave crise, que levantaria amplos sectores da população contra o Governo Provisório; 3) Provocar dificuldades nas classes trabalhadoras e nas camadas médias e agudizar os conflitos sociais, criando um clima de desassossego, de intranquilidade e de anarquia; 4) Multiplicar as provocações políticas e os actos de diversão ideológica; 5) Ganhar posições nas novas estruturas para refrear a democratização na medida do possível; 6) Como resultante de todas estas formas de acção, criar condições, para a formação de um «governo forte» das direitas com o objectivo de «restabelecer a ordem» política, social e económica, ou mesmo para um sangrento golpe contra-revolucionário.

Multiplicam-se as tentativas de intimidação, as provocações, a distribuição de papéis anónimos. Os fascistas encontram nos pseudo-revolucionários um aliado na luta contra as Forças Armadas, contra o PCP e outras forças democráticas.

A intensificação da reacção fascista e fascizante mostra que esta se está a organizar. Nos últimos dias do mês de Maio, a contra-revolução sofreu um sério desaire. Novo desaire sofreu com a tentativa de manifestação de rua de carácter reaccionário no dia 10 de Junho, fracassada pela pronta reacção das massas e das forças democráticas.

Nas actividades contra-revolucionárias o anticomunismo começa a manifestar-se cada vez com maior clareza.

O Povo Português sabe bem, pela experiência de quase 50 anos de ditadura fascista, que o anticomunismo, a agitação do «perigo comunista», a justificação dos ataques ao PCP com a afirmação de que este procurava instaurar uma «ditadura comunista», foi sempre uma justificação dos esforços reaccionários para abafar as liberdades.

Não pode deixar de chamar a atenção que, apenas dois meses após o derrubamento da ditadura fascista, começam a manifestar-se diversas formas de propaganda anticomunista e que os ataques ao PCP, explícitos ou velados, mas de qualquer forma em termos muito semelhantes aos usados ao regime deposto, ganham cada vez maior nitidez.

No momento em que, para assegurar a democratização da sociedade portuguesa, é, mais do que nunca, necessária a unidade de todas as forças interessadas nesse processo, ataques ao PCP visam, não apenas atingir o Partido, mas pôr em causa o regime instaurado pelo 25 de Abril. O anticomunismo e os ataques ao PCP são, em si mesmos, ataques às liberdades e ao curso democrático.

O PCP defende firmemente as liberdades. Actua leal e consequentemente para o cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas. É uma força sem a qual seria difícil, se não impossível, nas condições actuais, prosseguir a construção de uma ordem democrática.

8

O reforço da unidade

PARA o prosseguimento do processo de democratização, para fazer face às tentativas contra-revolucionárias, para realizar os outros objectivos correspondentes à situação política actual, são condições essenciais o reforço da unidade da classe operária e das massas trabalhadoras, o reforço da unidade das forças democráticas e o reforço da aliança do movimento popular com as Forças Armadas.

A estreita cooperação entre os partidos que participam no actual curso político ganha cada vez maior importância.

Registam-se como fenómenos prejudiciais os ataques de qualquer partido em relação a outros, o apoio explícito a forças que se encontram em luta aberta contra a unidade, os choques de iniciativas que poderiam ser comuns e unitárias.

Desacordos que surjam entre os partidos devem ser imediatamente sanados em contactos e conversações. Pela sua parte, o PCP está pronto a estreitar os laços de cooperação traduzidos na acção concreta com os outros partidos interessados no curso político actual, designadamente o Partido Socialista, o Movimento da Esquerda Socialista e o Partido Popular Democrático.

O Movimento Democrático, em que participam, além de pessoas filiadas em partidos políticos, numerosos portugueses e portuguesas sem partido, continua a desempenhar um papel de primeiro plano na vida política.

Os movimentos unitários de massas da juventude trabalhadora, dos estudantes, das mulheres e outros constituem valiosos baluartes do movimento popular organizado.

O movimento sindical, cujo carácter unitário é de manter e reforçar, dá poderosa contribuição ao processo de democratização.

É particularmente importante a participação dos católicos na vida política portuguesa. O CC desaprova a divulgação pelos meios de informação de massas (TV, rádio, etc.) de obras literárias, teatrais e outras que firmam as crenças e sentimentos religiosos. Fomentar conflitos em torno do problema da religião só pode conduzir a divisões e confrontos no movimento popular, num momento em que a unidade é mais necessária do que nunca.

O PCP pronuncia-se decididamente pelo reforço da aliança do movimento popular com as Forças Armadas. A continuação do processo de democratização depende da continuação e do reforço dessa aliança. O PCP insiste em que nem as Forças Armadas poderiam conduzir o País para a democracia sem a participação das forças populares, nem as forças populares poderiam fazê-lo sem as Forças Armadas.

O PCP critica severamente atitudes que procurem abrir brechas entre o povo e as Forças Armadas. A todos os níveis e em todos os sectores se deve reforçar a mútua compreensão, o mútuo respeito e a mútua cooperação.



O PCP está profundamente empenhado, com todas as suas forças e energias, em trabalhar para assegurar a defesa e consolidação das liberdades alcançadas, para cortar o passo à reacção e ao fascismo, para pôr fim à

POR UMA FORTE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA

O derrubamento da ditadura fascista e a conquista da liberdade política em consequência do pronunciamento militar vitorioso de 25 de Abril, trouxe à luz do dia a influência real do PCP sobre vastas camadas da população. No decurso destes quase dois meses é visível como essa influência e como a correcta política do Partido na actual conjuntura do País lhe grangeou a adesão e a simpatia de milhares de portugueses.

Surgiram assim problemas novos, decorrentes deste crescimento impetuoso, a que os comunistas têm de fazer face e corresponder com urgentes medidas políticas e de organização. No plano político esta larga audiência das posições do Partido exige a liquidação de todo o espírito sectário no contacto com as massas e nas relações diárias com os trabalhadores e democratas sem partido. O trabalho unitário entre os comunistas e outros partidos e agrupamentos democráticos deve igualmente reforçar-se através de acções comuns que a situação actual nos coloca a cada passo. Os debates, a necessária polémica, a crítica, devem ter por objectivo o que nos divide e valorizar o que nos une. O sentido da unidade deve im-

pregnar toda a acção dos comunistas, nos seus contactos com o povo, em todas as suas manifestações públicas. Uma atenção particular deve ser dada à escolha das palavras de ordem, lemas prioritários da actividade do Partido, as quais devem estar viradas para a realização das grandes tarefas actuais.

No plano da organização deparam-se questões de certa magnitude e urgência. A principal é transformar a nossa influência em força organizadora.

O Partido tem hoje condições para se implantar nas empresas, campos e cidades e ser aí o aglutinador e guia das massas populares, especialmente da classe operária e dos restantes trabalhadores. A experiência mostra que já

guerra colonial, para prosseguir o processo de democratização.

O PCP participa no Governo Provisório a fim de dar uma contribuição mais efectiva à obra de liquidação do fascismo, de democratização, de estabelecimento da paz, de preparação de eleições livres. Apesar dos limites do Programa, dos limites da capacidade de decisão e da complexidade e contradições da situação actual, os balanços da acção do Governo no País e da participação comunista no Governo são positivos.

Em estreita ligação com as massas, voltado para a acção de massas, o PCP não poupa esforços para conduzi-las à participação dinâmica e criadora na realização das tarefas da hora presente.

O PCP tem uma mesma política onde quer que se encontrem os seus membros. Uma política de firme defesa dos interesses da classe operária, das massas laboriosas, de todas as classes e camadas interessadas na instauração de um regime democrático em Portugal. Uma política de firme defesa dos interesses nacionais. Uma política de unidade e de alianças. Uma política ampla e aberta, contrária ao espírito de grupo e de seita, cujas manifestações de sectarismo, quando se produzem, são prontamente combatidas. Uma política de leal fidelidade a pactos de acção unitária estabelecidos com outras forças. Uma política de cooperação sincera na aplicação do Programa do Movimento das Forças Armadas. Uma política inspirada simultaneamente por ideais de um patriotismo esclarecido e pelos ideais do internacionalismo proletário.

O processo político encetado pelo 25 de Abril tem sido e tudo indica que continuará a ser irregular, complexo, com bruscos avanços e recuos. A reacção e o fascismo multiplicarão os seus esforços para reconduzir Portugal à noite negra da tirania, que sofreu durante 48 anos. Há, porém, condições e forças para vencer as dificuldades, para bater os inimigos, para prosseguir o caminho da liberdade.

Na situação actual, o PCP, ao lado de todas as forças democráticas e patrióticas, concentra as suas energias na realização dos elevados objectivos de conduzir o País à realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte, e de construir, segundo a vontade expressa do povo português, um Portugal democrático, pacífico e independente.

A batalha será difícil. Se souber unir-se, organizar-se, ter em cada momento em conta a real situação, o povo português tem a vitória assegurada.

17 de Junho de 1974

O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

onde a organização do Partido fincou raízes, as lutas e acções de massas são correctamente orientadas, o trabalho de sapa e muitas vezes de provocação de aventureiros pseudo-revolucionários e de oportunistas e agentes directos da reacção encontram a resposta adequada e exitos interessantes são obtidos. Ao contrário, onde o Partido não existe ou está fracamente organizado têm-se criado, por vezes, situações perigosas, capazes de comprometer o processo da democratização em curso e levar a classe operária a becos sem saída e a derrotas.

Para organizar todos esses milhares de portugueses que hoje procuram o Partido, é preciso, muito rapidamente, forjar novos quadros, apetrechá-los com o mínimo conhecimento que lhes permitam resolver tão bem quanto possível os problemas complexos da organização partidária. Devem abater-se as barreiras do sectarismo e da desconfiância (que não é o mesmo que vigilância), que impedem ainda a participação dos quadros jovens em toda a actividade do Partido. É preciso promover com audácia os quadros que nestes dois meses acumularam anos de experiência revolucionária e deram magníficas provas das suas capacidades e espírito de iniciativa.

A estes jovens quadros é necessário proporcionar elementos básicos da história, da orientação e dos princípios de organização do Partido, de que serão óptimos instrumentos o «Programa» e os «Estatutos». E depois acompanhar com solicitude o seu trabalho, ajudá-los a estruturar as organizações que lhes forem confiadas e possibilitar-lhes, dessa maneira, a elevação do nível do seu trabalho dirigente. Nas empresas, campos e escritórios, nas escolas e universidades, é necessário criar células do Partido, estruturá-las segundo as condições do local em que actuem e imprimi-

mir-lhes uma vida dinâmica ligada aos problemas das massas em que se integram. Todo um campo de actividade se abre à iniciativa dos comunistas desde que se opere uma rápida viragem para a nova situação existente no País. Cada comunista deve ser um organizador mas também um propagandista. Novas formas de propaganda estão agora ao alcance dos quadros do Partido e elas devem ser também aproveitadas com audácia. Sessões de esclarecimento de âmbito mais ou menos amplo podem ser organizadas em locais de trabalho, colectividades ou na rua. Muitos trabalhadores, jovens e mulheres, pessoas que até agora recebiam participar no debate político, desejam esclarecer-se, definir-se politicamente, colocar as suas dúvidas, escutar outras opiniões. É preciso ouvi-las com espírito aberto. Assim nos daremos melhor conta dos verdadeiros problemas do povo dos seus anseios e preocupações, assim aprenderemos com as massas e nos identificaremos com elas.

O nosso órgão central tem, ainda, graves lacunas e deficiências, não está ainda à altura da sua responsabilidade como organizador, propagandista e mobilizador de massas. Também aqui, na voz do Partido, é preciso trabalhar rapidamente com acerto para elevar o nível do nosso trabalho. Fá-lo-emos. Reforcemos pois todo o nosso labor organizativo, liguemos fortemente o nosso Partido às massas. Com inteligência e amor ao seu Partido os comunistas portugueses podem transformá-lo num poderoso instrumento de luta pela realização das tarefas complexas e difíceis inerentes ao processo de democratização em curso.

